

Conhecimentos, Atitudes e Práticas sobre violência contra crianças

São Tomé e Príncipe



Sumário

<i>Violência contra as crianças em São Tomé e Príncipe: conhecimentos, atitudes e práticas</i>	2
<i>Resumo de investigação</i>	2
<i>1. Introdução</i>	2
Finalidade e objetivos do estudo	3
<i>2. Métodos</i>	3
<i>3. Resultados</i>	4
3.1 Características dos agregados familiares	4
3.2 Características das crianças índice	5
3.3 Normas dos cuidadores e recurso à disciplina violenta	5
3.4 Motores e fatores de risco da disciplina violenta	16
3.5 Relatórios dos cuidadores sobre a prevalência e os fatores determinantes da negligência infantil	18
3.6 Relatos de cuidadores sobre abuso sexual e exploração infantil	19
3.7 Outros fatores de risco e influências contextuais	21
3.8 Perspetivas e experiências dos adolescentes em relação à violência	24
3.9 Normas, crenças e práticas de violência nas escolas	37
3.10 Percepções da comunidade sobre a violência	45
<i>4. Conclusões e Recomendações</i>	50
<i>5. Agradecimentos</i>	58
<i>6. Referências</i>	59
<i>Anexo 1. Definições orientadoras</i>	61
<i>Anexo 2. Quadros conceptuais</i>	63

Violência contra as crianças em São Tomé e Príncipe: conhecimentos, atitudes e práticas

Resumo de investigação

1. Introdução

A violência contra as crianças é generalizada a nível global e tem impactos prejudiciais nos indivíduos, nas famílias e na sociedade. Os efeitos adversos da violência incluem um risco acrescido de lesões, problemas de saúde mental, fraco controlo dos impulsos, gravidez na adolescência, comportamentos sexuais de risco e doenças não transmissíveis (Ellsberg et al. 2008; Hillis, Mercy e Saul 2017; Chiang et al. 2015) . Além disso, as crianças que sofrem ou testemunham violências na infância correm um risco maior de sofrer e perpetrar violência na idade adulta, incluindo com os seus parceiros íntimos e em relação aos seus próprios filhos (Abramsky et al. 2011) . Os fatores de risco para a violência infantil incluem fatores de risco ao nível do agregado familiar, do cuidador e da criança, bem como normas sociais e de género ao nível da comunidade e da sociedade (Heise et al. 2019) .

Estima-se que mil milhões de crianças sofram de violência (física¹ , sexual, emocional ou múltipla) anualmente em todo o mundo (Hillis et al. 2016) . Em África, aproximadamente metade das crianças com idades compreendidas, entre os 2 e os 17 anos sofrem de violência todos os anos (Hillis et al. 2016) . A nível global, os autores mais comuns de violência contra crianças, incluindo rapazes e raparigas, são membros do agregado familiar (Devries et al. 2018) . Em contrapartida, entre as adolescentes com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos, os autores de violência sexual mais frequentemente referidos são os parceiros íntimos (namorados, maridos, etc.) (Devries et al. 2018) .

As normas sociais em torno da violência, incluindo contra crianças, podem perpetuar comportamentos violentos nos lares e nas comunidades (Peterman 2026) . A desigualdade de género é também um fator estrutural da exploração sexual, do comportamento sexual de risco e da violência por parceiros íntimos (IPV), em particular entre raparigas adolescentes e mulheres jovens. A desigualdade pode resultar de disparidades entre homens e mulheres e rapazes e raparigas no que diz respeito à distribuição de recursos, oportunidades educativas ou acesso a posições de poder e a tomada de decisão (Kågesten et al. 2016) .

¹ A estimativa exclui palmadas, estaladas e sacudidelas.

É necessária uma melhor compreensão da prevalência, dos fatores de risco e de proteção relacionados com a violência contra crianças em São Tomé e Príncipe, bem como das normas sociais em torno dessa violência, para orientar a elaboração de programas de prevenção e de resposta à violência.

Finalidade e objetivos do estudo

Este estudo visa compreender a prevalência e os fatores de risco e de proteção para a violência contra as crianças e os adolescentes em São Tomé e Príncipe, com foco na disciplina violenta entre as crianças e na violência sexual e exploração sexual entre os adolescentes. Analisamos também os fatores de risco e de proteção ao nível da criança, do cuidador e da comunidade, incluindo atitudes e normas em torno da infância e do desenvolvimento infantil, do género, do sexo e das relações, e a violência, com foco na violência sexual e na disciplina violenta. Pretendemos ainda avaliar os comportamentos de procura de ajuda e serviços e as circunstâncias em que os próprios adolescentes cometem atos de violência.

2. Métodos

O estudo realizou uma recolha de dados transversais, utilizando métodos mistos, junto de adolescentes, cuidadores, professores e informadores-chave, incluindo administradores escolares e agentes da polícia. A recolha de dados ocorreu em maio-junho de 2024 (qualitativa) e setembro-outubro de 2025 (quantitativa).

A amostra quantitativa abrangeu famílias com crianças de 2 a 17 anos em 5 domínios e 13 estratos a nível nacional (estratificados por distrito e estatuto urbano/rural, com uma meta de N=360 famílias por domínio), incluindo: 1 em Água-Grande, 2 em Me-Zóchi, 2 na Região Autónoma do Príncipe, 4 na Região Sul e 4 na Região Norte. Em cada família, uma criança foi identificada como a «criança índice», sobre a qual foram feitas perguntas ao cuidador. A estratégia de amostragem visava uma divisão igualitária entre crianças índice mais novas (2-12 anos) e adolescentes (13-17 anos). Em cada família incluída na amostra, a principal cuidadora da criança índice foi identificada para ser entrevistada. Foram realizadas um total de 1.571 entrevistas a cuidadores e 595 entrevistas a adolescentes para os inquéritos quantitativos. Entre os inquéritos aos cuidadores, n=884 tinham uma criança índice com idades entre os 2 e os 12 anos e n=667 tinham uma criança índice com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos. Não foram utilizados pesos de amostragem para calcular médias representativas a nível nacional. Por conseguinte, todas as médias apresentadas referem-se à amostra analisada e não se destinam a ser generalizadas para níveis de prevalência nacionais ou regionais.

A recolha de dados qualitativos foi utilizada para complementar a componente quantitativa do estudo. Realizámos entrevistas a informadores-chave (KIs) com a polícia local (n=9) e diretores escolares (n=11), entrevistas aprofundadas com professores (n=48), discussões em grupos focais com cuidadoras de crianças dos 2 aos 17 anos (n=18 discussões em grupos focais com um total de 138 participantes, estratificadas por idade das cuidadoras), discussões em grupos focais com adolescentes do sexo masculino (n=5) e feminino (n=6) com idades entre 16 e 17 anos e workshops com adolescentes do sexo masculino (n=6) e feminino (n=6) com idades entre 13 e 15 anos. A componente qualitativa do estudo abrangeu os seguintes distritos/regiões: Distrito de Água-Grande, Distrito de Lembá, Distrito de Lobata², Região Autónoma do Príncipe.

3. Resultados

3.1 Características dos agregados familiares

Os resultados indicam uma vulnerabilidade socioeconómica substancial em todas as regiões, particularmente no que diz respeito ao acesso a alimentos e à qualidade da habitação. Os agregados familiares também enfrentaram perturbações familiares, incluindo a separação dos pais e a migração. Estas condições socioeconómicas são fatores contextuais importantes que podem influenciar o stress, o bem-estar e as práticas disciplinares dos cuidadores. As seguintes estatísticas ilustram a situação dos agregados familiares nesta amostra:

- *Quase metade dos agregados familiares (48 por cento) era chefiada por uma mulher.*
- *Quase dois terços (64%) dos agregados familiares foram classificados como em situação de insegurança alimentar grave, com a prevalência mais elevada observada no Príncipe (81%) e no Sul Este (67%).*
- *A idade média dos cuidadores na amostra era de 41,8 anos.*
- *No total, 18,6% dos cuidadores tinham, pelo menos, o ensino secundário.*
- *Entre os cuidadores que já foram casados ou viveram com um parceiro, a idade média no primeiro casamento ou coabitação com um parceiro (namorado/cônjuge) era de 20,2 anos.*
- *No total, 15,1% dos cuidadores referiram ter uma deficiência, definida como ter muita dificuldade ou ser incapaz de realizar pelo menos uma atividade funcional.*

² O estudo realizou entrevistas individuais em profundidade (IDI) com professores (n=2) numa escola secundária do distrito de Lobata; a maior escola secundária pública do Nordeste, que atrai numerosos alunos de toda a região, incluindo de Lembá, e foi, por isso, considerada representativa do contexto da área.

3.2 Características das crianças índice

Mais de um terço (36,4%) das crianças, no total, tinha vivido a separação ou o divórcio dos pais ou tutores. A mãe biológica era a principal cuidadora de 80,7% das crianças do índice. No total, mais de 1 em cada 4 (27,0%) das crianças tinha vivido com um dos pais ou tutor que faleceu. As seguintes estatísticas ilustram melhor a amostra das crianças do índice:

- Aproximadamente metade da amostra (52 por cento) das crianças do índice era do sexo feminino.
- Quase dois terços (63,0%) das crianças foram descritas pelos cuidadores como tendo uma saúde boa ou excelente, enquanto mais de um terço (37,0%) foram descritas como tendo uma saúde fraca ou razoável.
- Quase uma em cada cinco crianças (19,9 por cento) já tinha sido separada do seu cuidador principal devido à migração, sendo a separação mais comum entre adolescentes (22,3 por cento) do que entre crianças mais novas.
- Mais de um terço (36,4%) das crianças, no total, tinha vivido a separação ou o divórcio dos pais ou tutores.
- As dificuldades das crianças (sintomas emocionais, problemas de conduta, hiperatividade/desatenção e problemas com os pares), avaliadas pelo Questionário de Pontos Fortes e Dificuldades (SDQ), situavam-se, em média, nos 12,2 pontos de um total possível de 40.

3.3 Normas dos cuidadores e recurso à disciplina violenta

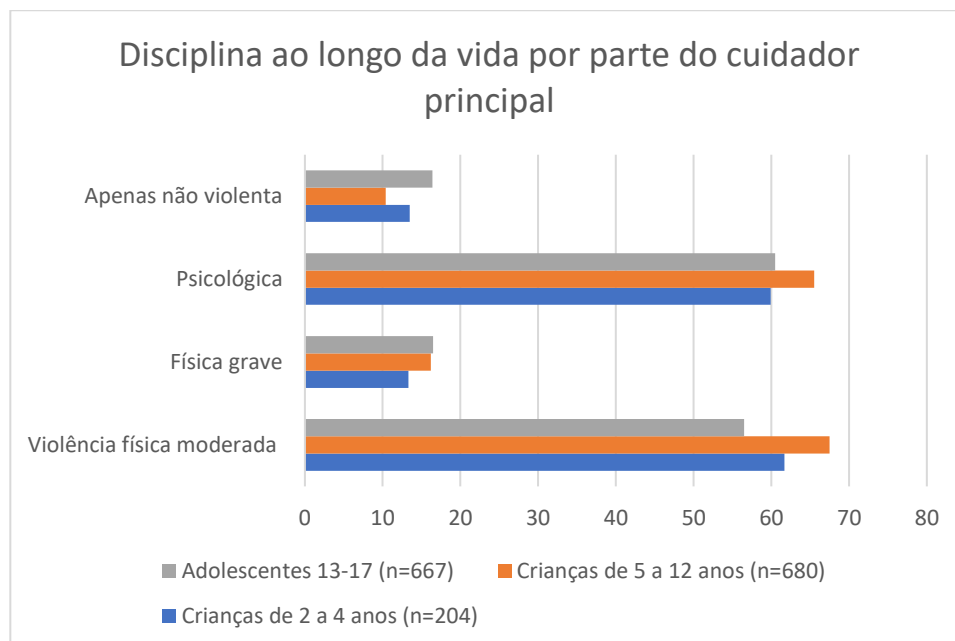


Figura 1. Disciplina ao longo da vida por parte do cuidador principal, por idade

Recurso à disciplina psicológica por parte dos cuidadores

- Seis em cada dez cuidadores (62,6%) referiram ter recorrido a formas de disciplina psicológica (incluindo ameaças de abandono, gritos, insultos, proibição de entrar em casa, etc.) ao longo da vida da criança, sendo as práticas mais comuns gritar com a criança (54,0%), insultar a criança (34,6%) e ameaçar abandoná-la (10%).
- Os fatores de risco associados à disciplina psicológica incluíram maiores dificuldades comportamentais da criança, consumo de álcool pelo parceiro, experiência de violência por parte do parceiro íntimo e normas que apoiam a violência de género.

Recurso à disciplina física por parte dos cuidadores;

- **6 em cada 10 (61,9 por cento) dos cuidadores relataram ter usado disciplina física moderada durante a vida da criança.** Os atos mais comuns foram bater na criança com um objeto nas nádegas (35,9 por cento), bater noutras partes do corpo com um objeto (28,9 por cento) e abanar a criança (28,3 por cento).
- Os fatores de risco associados à disciplina física moderada incluíram um maior número de crianças no agregado familiar, a criança ter entre 5 e 12 anos, o agregado familiar ser chefiado por uma mulher, a criança ser do sexo masculino, o parceiro do cuidador consumir álcool, a experiência de violência por parte do parceiro íntimo por parte do cuidador e o cuidador ter crenças ou normas que apoiam o castigo físico ou a violência de género.
- **Aproximadamente 1 em cada 6 (16,2 por cento) dos cuidadores relatou ter utilizado disciplina física severa durante a vida da criança,** incluindo bater na criança (7,5 por cento) e dar pontapés na criança (6,2 por cento).
- Os fatores de risco associados à disciplina física severa incluíram menor nível de riqueza familiar, criança do sexo masculino e maiores dificuldades comportamentais da criança, cuidadora ser a mãe biológica e residência em Me-Zochi e Norte Oeste (em comparação com Água-Grande).

Recurso a disciplina psicológica por parte dos cuidadores

- **6 em cada 10 (62,6 por cento) dos cuidadores relataram ter recorrido a disciplina psicológica durante a vida da criança,** mais frequentemente gritando com a criança (54,0 por cento) e insultando-a (34,6 por cento).

- Os fatores de risco associados à disciplina psicológica incluíram maiores dificuldades comportamentais da criança, consumo de álcool pelo parceiro, experiência de violência por parte do parceiro íntimo e normas que apoiam a violência de gênero.

Recurso à disciplina não violenta por parte dos cuidadores

- **Mais de 9 em cada 10 (92,8 por cento) dos cuidadores relataram ter utilizado pelo menos uma estratégia de disciplina não violenta durante a vida da criança, enquanto apenas 1 em cada 10 (13,4 por cento) relatou ter utilizado apenas disciplina não violenta.**
- As estratégias disciplinares mais comuns relatadas foram explicar o comportamento da criança (83,7 por cento), dizer à criança para parar (68,7 por cento) e dar recompensas (60,3 por cento).

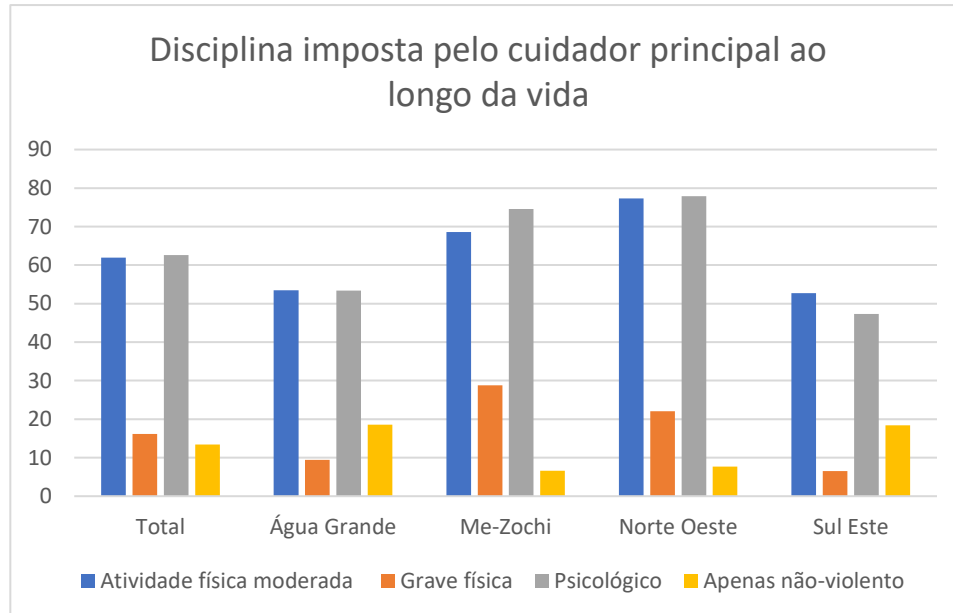


Figura 2. Disciplina ao longo da vida por parte do cuidador principal, por região

As conversas qualitativas com os cuidadores indicaram que a disciplina física era utilizada na maioria dos lares dos participantes. Embora as motivações, justificações e métodos exatos pudessem variar de um cuidador para outro, quase todos os cuidadores relataram recorrer à disciplina física com os seus filhos. Em consonância com as suas atitudes pessoais, bater, espancar, chicotear e dar palmadas nas crianças eram práticas mais comuns, amplamente toleradas e generalizadamente aprovadas. Em particular, **o chicote e a palmatória** eram estratégias altamente normalizadas para corrigir o comportamento infantil. O uso moderado da

disciplina física estava enraizado em crenças normativas em relação às crianças e ao seu comportamento; e estava relacionado com a capacidade dos cuidadores de estabelecerem uma comunicação e relações significativas entre cuidador e criança. Os cuidadores, por exemplo, acreditavam frequentemente que as crianças deviam sempre obedecer e respeitar os adultos, que demonstrar demasiado afeto podia mimar as crianças e que os cuidadores deviam ensinar às crianças normas de comportamento desde tenra idade. Talvez para suavizar o que de facto estava a acontecer, os cuidadores mostravam uma tendência para usar diminutivos (**palmadinhas** ou mesmo um **chicotezinho**) sempre que falavam sobre chicotear ou dar palmadas aos seus filhos.

«Quando alguém é demasiado preguiçoso, precisa de umas palmadas; umas palmadas leves não fazem mal a ninguém aqui.» – Cuidador com menos de 35 anos, Água-Grande

«A mãe ou o pai têm de ter um chicote pendurado, algo pequeno, ou ter também uma vara de bater na parede. Quando uma criança faz algo de errado, basta tirar o chicote e bater nas pernas da criança.» – Cuidador com mais de 35 anos, Água-Grande.

Isto contrasta com os resultados quantitativos, em que apenas 3 em cada 10 (30,7 por cento) dos cuidadores referiram ter recorrido a disciplina física moderada com o seu filho pelo menos uma vez por mês no último ano, e 5,7 por cento referiram o mesmo em relação ao uso de disciplina física severa. No entanto, este número aumenta para mais de 6 em cada 10 (61,9 por cento) dos cuidadores quando se consideram as experiências ao longo da vida de qualquer tipo de disciplina física por parte do cuidador principal.

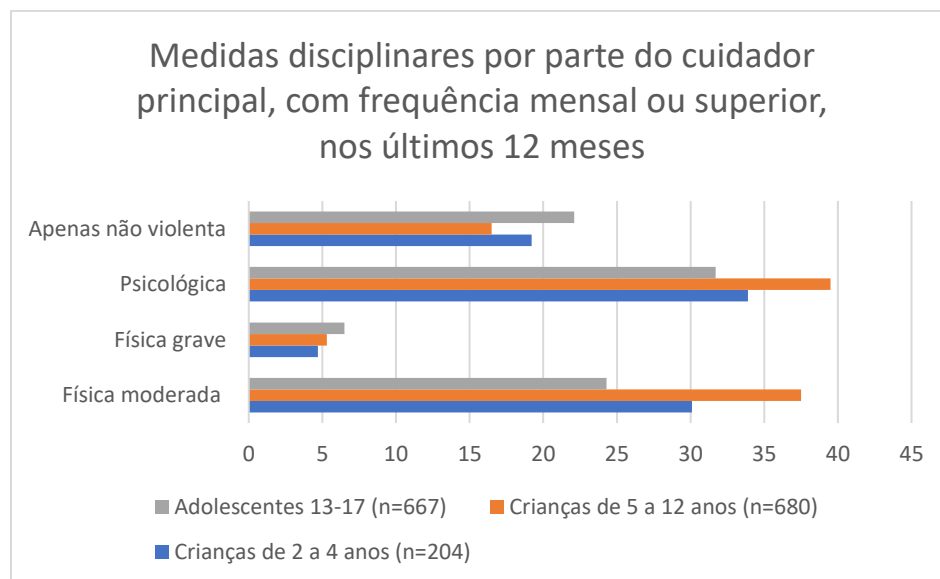


Figura 3. Disciplina mensal ou mais frequente por parte do cuidador principal, últimos 12 meses

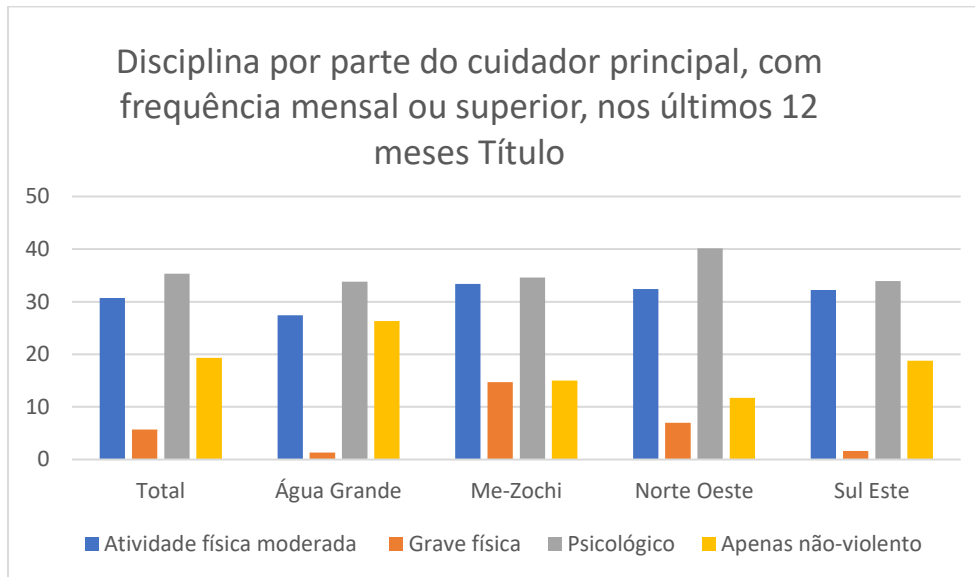


Figura 4. Disciplina mensal ou mais frequente por parte do cuidador principal, últimos 12 meses, por região

Os cuidadores participantes nas discussões qualitativas descreveram a disciplina física severa como espancamentos com objetos como pedras, cintos, facas ou machetes, ou queimaduras infligidas às crianças. Embora reprovadas, acreditava-se que as crianças estavam frequentemente expostas a estas formas de violência. Alguns participantes mencionaram que os cuidadores escondiam estas práticas, sabendo que ultrapassavam os limites do aceitável. Os cuidadores viam o álcool como um fator desencadeante da disciplina física severa.

«Um chicote, uma palmatória, isso é a norma. Não há pedras, há pessoas que correm atrás das crianças, batem-lhes com pedras, dão-lhes socos vugu – vugu» – Cuidadores com mais de 35 anos, Água-Grande (resposta do grupo).

Havia algumas dinâmicas de gênero em jogo no que diz respeito à disciplina física. Embora as mães recorressem frequentemente à disciplina física com os seus filhos, isso não significava que aprovassem ou gostassem quando os seus maridos ou parceiros o faziam. Os cuidadores relataram que sentiam que os pais ou padrastos batiam frequentemente nas crianças com demasiada força, de modo que estas acabavam por ficar magoadas ou feridas. Além disso, os cuidadores afirmaram que, por vezes, os pais preferiam disciplinar a mãe, e não a criança. Nesses lares, quando as coisas corriam mal, a culpa recaía sobre as mães, que eram repreendidas pela sua falta de competência. O mau comportamento das crianças era uma das muitas razões para os homens baterem nas mulheres, de acordo com as experiências vividas pelos participantes.

«Os pais não têm de bater, batem nas crianças com raiva, não batem com carinho. O pai não sabe como dar palmadas.» – Cuidadora com mais de 35 anos, Lembá.

Métodos de disciplina psicológica e severa também foram discutidos nos grupos de discussão, embora esses métodos fossem menos frequentemente mencionados do que os métodos de disciplina física. Os cuidadores discutiram a prática de culpar, repreender, gritar, ameaçar com violência e privar as crianças de comida como punição. No entanto, sempre que o assunto surgiu, foi geralmente visto como algo errado e, na maioria das vezes, considerado violência em vez de disciplina física.

«Quando se diz sempre à criança que é demasiado estúpida, que nunca sabe fazer nada, que é inútil. Isso é ainda pior do que para a criança, porque essa é a violência que considero pior, porque a criança cresce com trauma, pensa que não é uma boa criança. Que nada do que faz está certo.» – Cuidador com menos de 35 anos, RAP.

Os cuidadores reconheceram que a disciplina violenta poderia ter inúmeras consequências negativas para as crianças. Apesar de estarem cientes destes efeitos negativos, a maioria dos cuidadores continuou a praticá-la:

- Causa marcas físicas e lesões e pode exigir cuidados médicos.
- Tem um impacto negativo na saúde mental e na autoimagem das crianças.
- Prejudica a relação entre o cuidador e a criança.
- Isso leva ao ressentimento e a tentativas de vingança.
- Isso leva a comportamentos problemáticos.

Os impactos percebidos nos cuidadores também foram discutidos. A disciplina violenta foi vista como tendo impacto no bem-estar emocional dos cuidadores. Especialmente quando o ato de violência resultava de raiva ou de razões fora do controlo da criança, tais como o próprio esgotamento ou stress dos cuidadores, estes sentiam-se tristes e arrependidos do seu comportamento. A desobediência das crianças também fazia com que os cuidadores se sentissem inadequados; como se estivessem a falhar no seu papel de mãe. Os cuidadores tendiam a levar para o lado pessoal as manifestações de desrespeito e desobediência dos seus filhos.

«Uma vez bati muito na minha filha e quase a magoei, bati-lhe com raiva, bati-lhe na cara. A minha mãe ficou muito chateada e disse que não é assim que se bate numa criança. Foi muita raiva. Quando me acalmei, comecei a chorar: por que bati na minha filha, por que fiz isso! Mas foi raiva.» – Cuidadora com menos de 35 anos, Lembá.

Entretanto, as discussões qualitativas revelaram que a disciplina não violenta era igualmente utilizada na maioria dos lares dos cuidadores. Falar sobre o comportamento da criança era o mais comum, mas muitas vezes limitava-se a falar para as crianças (dizer-lhes o que fazer) e não com as crianças (explicar o comportamento). As estratégias não violentas pareciam ser utilizadas quase exclusivamente em conjunto com métodos de disciplina violentos e quase nunca de forma exclusiva. Muitos cuidadores continuavam céticos quanto à sua eficácia e pareciam ter menos conhecimento e confiança na sua utilização. Vários cuidadores salientaram que conversar era demorado e algo que simplesmente não era possível todos os dias. Bater com um chicote e dar palmadas eram opções mais rápidas para dizer às crianças para se comportarem. Além disso, as tentativas dos cuidadores de conversar com as crianças (dizendo-lhes o que fazer e esperando obediência imediata) rapidamente fracassavam, e por isso consideravam o método ineficaz.

«Não tenho muita paciência com castigos. Fizeste algo errado, já disse muito, não te estás a comportar, não me estás a ouvir, por isso dou-te mais chicotadas.» – Cuidador com menos de 35 anos, RAP.

Ainda assim, os cuidadores estavam divididos quanto à eficácia final dos métodos disciplinares violentos para melhorar o comportamento das crianças. Aqueles que achavam que funcionava acreditavam que isso encorajava a obediência, inclusive através do medo, ajudava a endurecer as crianças e era essencial para a sua educação. No entanto, uma queixa comum sobre a disciplina violenta era que, muito em breve, se não no momento em que o cuidador saísse de vista, o comportamento continuaria. Isso implicava que seriam necessárias intervenções repetidas e cada vez mais severas, algo que os cuidadores perceberam não ser benéfico. Para muitos cuidadores, a disciplina violenta tinha sido inicialmente eficaz, especialmente quando as crianças eram pequenas e ainda tinham medo, mas, com o tempo, estas crianças tornaram-se cada vez mais insensíveis e indiferentes a ela. Os cuidadores reconheciam geralmente que a disciplina violenta já não era uma opção legítima com adolescentes mais velhos. Os cuidadores que tinham sobrevivido com um modelo de controlo e domínio viram-se numa posição difícil assim que os filhos chegaram à adolescência.

«Se não bateres numa criança, não a educas e ela não te obedece. É por isso que tens de bater nelas desde que são bebés para as educar, para que possam crescer. Mesmo que batas numa criança e ela não te obedeça, amanhã isso é errado.» – Cuidadores com mais de 35 anos, Lemba.

«Porque quando a criança não obedece, tem de se dar-lhe uma surra. Assim, a criança cresce com esse medo de não fazer algo, mas no final não mudou. Continua a fazê-lo, porque esse medo de levar uma surra transforma-se em medo, medo. Até que um dia, quando diz o que realmente pensa, faz o que realmente pensa, porque já não tem medo da vara.» – Cuidador com menos de 35 anos, RAP.

Atitudes e normas sociais são conceitos relacionados, mas distintos. As normas são definidas, em termos gerais, como o entendimento social de como se espera que os indivíduos se comportem (Pulerwitz et al. 2019) . Elas regem um sistema complexo de regras sobre como as pessoas desempenharão papéis específicos e socializarão umas com as outras de maneiras específicas. As normas são reforçadas através de instituições sociais, tais como escolas, organizações religiosas e locais de trabalho. As atitudes são a opinião pessoal de um indivíduo sobre uma norma e podem estar alinhadas com ou em oposição a uma norma social aceite (Cislaghi e Heise 2020).

A partir de inquéritos quantitativos, as seguintes conclusões refletem as crenças em torno do uso de disciplina violenta:

- ***Apenas 1 em cada 8 (12,1 por cento) dos cuidadores concordou com a crença de que as crianças devem ser castigadas fisicamente para serem educadas adequadamente.***
- ***Mais de metade (56,5 por cento) referiu que o castigo físico pode ter consequências negativas para as crianças.***
- *Os cuidadores expressaram, em geral, um baixo apoio ao castigo físico como estratégia disciplinar. Numa escala de 1 a 4, a média de apoio ao castigo físico (combinando aprovação e eficácia percebida) foi de 1,6, e a média de normatividade percebida foi de 2,0 numa escala de 1 a 5, sugerindo que os cuidadores, em geral, percebiam estas práticas como relativamente pouco comuns nas suas comunidades.*
- *Da mesma forma, a aceitação das estratégias de disciplina psicológica foi relativamente baixa (aceitação média de 1,7) e a normatividade percebida foi, em média, de 1,8.*
- *Em contrapartida, as estratégias de disciplina positiva receberam níveis mais elevados de aprovação e foram percebidas como mais comuns. A aprovação média da disciplina positiva foi de 2,4, e a normatividade percebida atingiu uma média de 2,3.*

Isto contrasta com os resultados qualitativos, que indicaram uma ampla aceitação da disciplina violenta em geral, embora essa aceitação fosse acompanhada de pontos de vista divergentes

quanto às situações que justificavam a disciplina violenta, à frequência com que esta poderia ser utilizada e aos métodos considerados aceitáveis. Os seguintes resultados qualitativos refletem as atitudes e crenças entre os cuidadores que participaram nas discussões dos grupos focais:

- **Havia um amplo consenso entre quase todos os cuidadores, independentemente da idade e da localização, de que as crianças precisavam de pelo menos alguns «chicotes» e algumas «palmadinhas»,** mas nada de agressivo. Dar chicotes e palmadinhas às crianças não era visto como violência e diferia de castigar as crianças. **O «chicote»,** em particular, não era considerado algo muito grave. Desde que esses métodos não fossem utilizados diariamente ou «excessivamente», não havia mal nenhum.

«Há palmadas que damos, que são algumas palmadinhas. Mas também há palmadas que são exageradas.» – Cuidador com menos de 35 anos, RAP.

- **Dar chicotadas é cuidar.** Não se dar ao trabalho de chicotear ou dar palmadas nas crianças poderia ser visto como um sinal de desinteresse ou falta de cuidado.

“Dar uma varinha, uma correção leve, não é o mesmo que bater com violência. Não se trata de pontapear ou espancar. Se pegares num chicote e bateres com força, isso é errado. Mas dar uma palmada leve – como um “beijo” – não é maldade.” – Cuidador com mais de 35 anos, RAP.

- **Não é aceitável quando é excessivo, exagerado ou visível.** Os cuidadores concordaram que a disciplina fisicamente violenta deve ser aplicada com cuidado e consideração. Comportamentos disciplinares considerados excessivos ou exagerados ultrapassavam o limite do aceitável. Situações excessivas eram aquelas em que a disciplina violenta era usada diariamente ou para tudo, quando causava ferimentos visíveis que exigiam cuidados médicos (ou seja, tinha sido aplicada com demasiada força), quando era aplicada na cabeça da criança ou quando envolvia o uso de objetos considerados perigosos, como pedras ou facões.
- **Existe descontentamento com a mudança dos limites da violência.** Alguns cuidadores expressaram descontentamento com a mudança das normas sobre o que era considerado violência. Para eles, parecia que estavam a ser atacados no seu papel

de cuidadores e que estavam a ser restringidos no que podiam ou não fazer aos seus filhos.

«Porque não é por uma mãe falar com o seu filho que ela não tem o direito de dar uma palmada. Porque agora, como existe esta questão da violência doméstica, as mães e os pais não podem bater nos seus filhos porque isso leva à violência doméstica. Não, não é isso. Violência doméstica é quando se castiga uma criança por uma coisa insignificante.»
– *Cuidador com menos de 35 anos, RAP.*

- **A total discordância com a disciplina violenta é rara, mas existia, especialmente entre os cuidadores mais jovens.** Apenas alguns cuidadores nos grupos de discussão manifestaram discordância com a disciplina física em todas as circunstâncias. Estes eram, na sua maioria, cuidadores da faixa etária mais jovem.

«Alguns pais são e outros não, eu não sou violento com nenhuma das minhas filhas; aqui há muitos pais violentos que não sabem [que não devem] bater nas crianças nem como educá-las, só sabem bater nas crianças.» – *Cuidador com menos de 35 anos, Lembá.*

As discussões qualitativas com os cuidadores indicaram que o recurso à disciplina violenta estava enraizado em crenças normativas em relação às crianças e ao seu comportamento; e estava ligado à capacidade dos cuidadores de estabelecerem uma comunicação e relações significativas entre cuidador e criança. Os cuidadores, por exemplo, acreditavam frequentemente que:

- As crianças devem sempre obedecer e respeitar os adultos. As crianças devem fazer o que os adultos lhes dizem.
- Se se amar demasiado as crianças, vai mimá-las. As crianças não devem receber demasiado amor ou carinho, caso contrário, crescerão desrespeitosas e mimadas.
- As relações entre pais e filhos são boas quando a criança obedece (e não são boas quando não o faz), com muitos cuidadores a atribuir a qualidade das relações entre cuidador e criança ao comportamento da criança.

As relações entre pais e filhos que envolvem violência são, de qualquer forma, boas relações.

«Podemos amá-los demasiado, mas não devemos demonstrar que os amamos, porque isso cria problemas.» – *Cuidador com mais de 35 anos, Lembá.*

O uso de disciplina violenta por parte dos cuidadores decorria de normas relativas às crianças, à parentalidade e ao uso de disciplina violenta na comunidade em geral. Para além das suas próprias atitudes pessoais, foi perguntado aos cuidadores quais as suas crenças relativamente às normas comunitárias sobre a disciplina infantil violenta:

- **Verificou-se que os membros da comunidade aceitavam e praticavam amplamente a disciplina violenta**, incluindo *o chicote* e *a palmatoria*, e isto **era considerado justificado se as crianças fossem desrespeitosas**. Na verdade, não bater nas crianças nessas situações era visto como possivelmente pior por alguns participantes.
- **A disciplina física severa era mal vista, mas os cuidadores acusavam os membros da comunidade de recorrerem frequentemente a formas de disciplina física consideradas severas**. Os participantes também acusavam outros cuidadores de esconderem tais abusos, possivelmente porque estavam cientes de que o seu comportamento ultrapassava os limites do aceitável. Os cuidadores estavam divididos quanto à questão de saber se estas situações justificavam uma intervenção. Alguns cuidadores achavam que não era da sua conta e outros diziam que o cuidador em questão diria o mesmo se tentassem intervir. Se fosse realmente grave, alguns participantes disseram que poderiam chamar a polícia para intervir.

«Vou ao centro de saúde e digo-lhes que ele levou uma pancada e caiu. Se a polícia perguntar, digo que ele escorregou e caiu. [E se um vizinho contar a verdade?] Como é que o vizinho vai saber se nem sequer estava lá? Quando levo o meu filho para lhe colocarem um penso, há sempre um polícia por perto, por isso digo apenas que ele escorregou e caiu.» – Cuidador com mais de 35 anos, Lemba.

- **Os cuidadores relataram sentir pressão social para recorrer à disciplina física**, especialmente quando as crianças desobedeciam ou eram vistas como desrespeitosas. Criar filhos numa sociedade em que a disciplina era a pedra angular da parentalidade, fazer com que as crianças se comportassem parecia um dever dos pais. Alguns descreveram exercer essa pressão sobre outros cuidadores. A normalização da disciplina violenta nas comunidades significava que os membros da comunidade, incluindo professores, podiam bater ou espancar a criança conforme considerassem apropriado, e sem consulta prévia.

3.4 Motores e fatores de risco da disciplina violenta

A dinâmica familiar, incluindo a separação dos pais, contribuiu para a negligência e para as percepções de risco de violência contra as crianças.

Análises de regressão logística identificaram os seguintes fatores de risco e de proteção para o **uso exclusivo de métodos disciplinares não violentos ao longo da vida**:

- **Fatores de proteção: a insegurança alimentar, residir no distrito de Água-Grande, pertencer ao quintil de riqueza mais elevado e ter uma mãe não biológica como principal cuidadora** estiveram associados positivamente ao uso exclusivo de métodos disciplinares não violentos. Isto significa que as crianças que vivem com cuidadores que não sejam as mães biológicas e em agregados familiares com estas características apresentavam maiores probabilidades (eram mais propensas) de ser sujeitas exclusivamente a métodos disciplinares não violentos do que as crianças que vivem com as suas mães biológicas e em agregados familiares sem estas características.
- **Fatores de risco: viver em Me-Zochi e Norte Oeste (em comparação com Água-Grande); pertencer ao quintil de riqueza mais pobre; ter uma mãe biológica como cuidadora principal; consumo de álcool por parte do cuidador e do parceiro; níveis crescentes de stress parental; mais dificuldades da criança; crença do cuidador de que as crianças precisam de ser castigadas fisicamente; e justificação do cuidador da violência por parte do parceiro íntimo** foram todos es negativamente associados ao uso exclusivo de métodos disciplinares não violentos. Isto significa que as crianças cujos cuidadores eram a mãe biológica e que viviam em agregados familiares com estas características tinham probabilidades mais baixas (eram menos propensas) de ser sujeitas exclusivamente a métodos disciplinares não violentos do que as crianças cujos cuidadores e agregados familiares não apresentavam estas características.

As análises de regressão logística identificaram os fatores de risco e de proteção para o uso de métodos de disciplina física **moderada** (ao longo da vida), ilustrados na Figura 5.

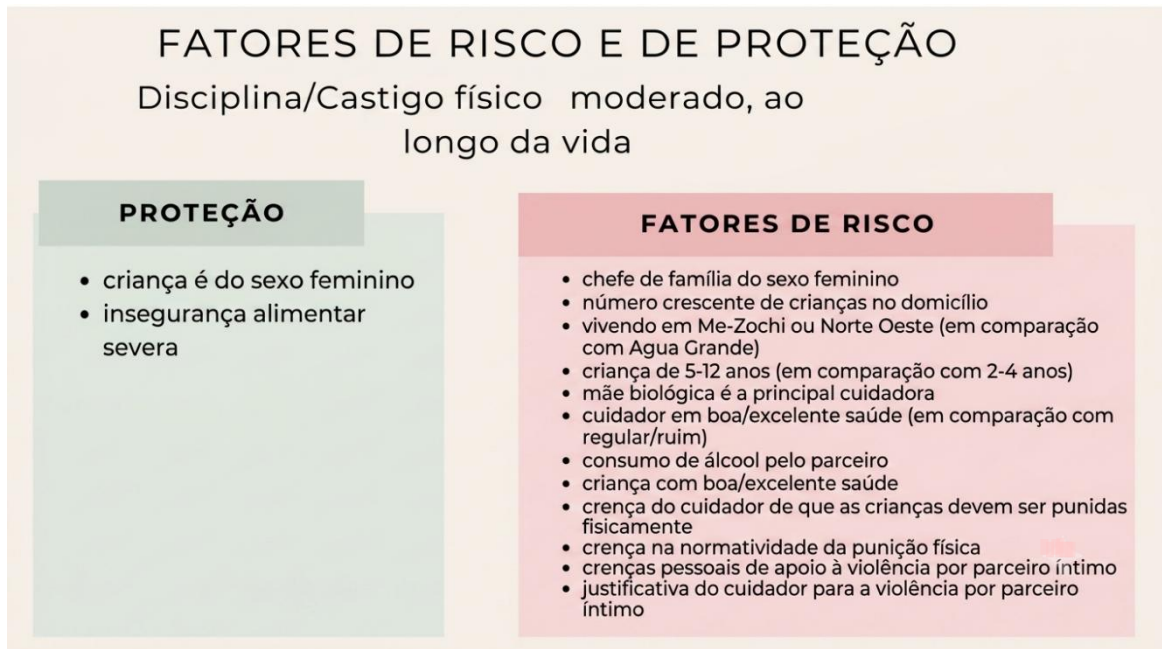


Figura 5. Fatores de risco e de proteção para a disciplina física moderada, ao longo da vida

As análises de regressão logística identificaram os seguintes fatores de risco e de proteção para o uso de métodos de disciplina física **severa** (ao longo da vida), ilustrados na Figura 6.



Figura 6. Fatores de risco e de proteção para a disciplina física severa, ao longo da vida

3.5 Relatórios dos cuidadores sobre a prevalência e os fatores determinantes da negligência infantil

No que diz respeito à negligência ocorrida diariamente, semanalmente ou mensalmente no último ano, globalmente, cerca de um quarto (25,3 por cento) das crianças sofreu pelo menos uma forma de negligência. O item de negligência recorrente mais comum foi a falta de um local seguro e adequado para viver (19,3 por cento), seguido de necessidades médicas não atendidas (10,0 por cento) e alimentação ou hidratação inadequadas (9,5 por cento).

Em inquéritos quantitativos, quase dois terços (64,8 %) dos cuidadores indicaram que os problemas financeiros contribuíram para a falta de cuidados.

As análises de regressão logística identificaram os seguintes fatores de risco e de proteção para a negligência infantil (ao longo da vida):

- **Fatores de risco: insegurança alimentar grave, viver em Me-Zochi (em comparação com Agua Grande), sobrelotação, dificuldades crescentes da criança, crença na normalidade do castigo físico, normas sociais que impõem violência de gênero³ e crenças pessoais relacionadas com a violência de gênero** foram associadas a um aumento das probabilidades de negligência infantil. Isto significa que as crianças com cuidadores em agregados familiares com estas características eram mais propensas a ter sofrido negligência infantil do que as crianças com cuidadores em agregados familiares sem estas características.
- **Fatores de proteção:** Nenhuma característica foi associada a uma redução das probabilidades de negligência infantil (não foram identificados fatores de proteção a partir da análise aos níveis do cuidador, do agregado familiar e da comunidade).

Nas entrevistas qualitativas, foi relatado que a negligência era motivada por um fraco vínculo entre pais e filhos e pelo abuso de álcool por parte do cuidador. A negligência infantil e, menos frequentemente, o abandono, afetavam várias crianças nas comunidades dos participantes. Os cuidadores consideravam que a negligência infantil ocorria quando as mães

³ As normas de gênero foram avaliadas utilizando a Escala de Normas Sociais e Crenças sobre a Violência Baseada no Gênero (GBV) (Perrin et al. 2019), que capta normas sociais imperativas (as percepções dos indivíduos sobre o que os outros na sua comunidade aprovam) e crenças pessoais (individuais) relativas à violência baseada no gênero. No que diz respeito aos itens relativos às normas injuntivas, os inquiridos indicaram quantas pessoas cujas opiniões lhes são importantes subscreveriam crenças específicas relacionadas com a VGB; pontuações mais elevadas indicam uma maior percepção de aprovação da violência de gênero por parte da comunidade.

(jovens) não se preocupavam com os seus filhos (falta de afeto) e estavam principalmente preocupadas com as suas próprias vidas e interesses. O álcool foi apontado como um fator desencadeante da negligência.

«Sim, há muitas delas por lá, vão de manhã, outra pessoa deixa o bebé, o bebé dorme sozinho, deixam-nos com vizinhos que cuidam deles quando chegam, tudo é lindo.» – Cuidador com menos de 35 anos, Água-Grande.

3.6 Relatos de cuidadores sobre abuso sexual e exploração infantil

As análises de regressão logística identificaram os seguintes fatores de risco e de proteção para o **abuso sexual** (ao longo da vida):

- **Fatores de risco:** Viver em Me-Zochi (em comparação com Água-Grande) e a criança ser do sexo feminino foram associados a um aumento das probabilidades de abuso sexual infantil.
- **Fatores de proteção:** O facto de a criança ser do sexo masculino e de viver em Água-Grande foi associado a um menor risco de abuso sexual. Não foram identificadas características ao nível dos cuidadores como fatores de risco ou de proteção.

Resultados qualitativos sobre o abuso sexual infantil (perspetivas dos cuidadores)

A maioria dos participantes nas discussões de grupo com cuidadores considerava o abuso sexual infantil como algo que não acontecia ou que era pouco comum. Ainda assim, vários cuidadores descreveram o abuso sexual infantil como um problema nas suas comunidades. Diferentes participantes conheciam e podiam descrever em pormenor pelo menos um caso de abuso sexual infantil que tivesse ocorrido no seu círculo imediato ou na sua comunidade. As discussões com os cuidadores deram a impressão de que os casos de abuso sexual infantil eram do conhecimento geral e que havia pouca anonimidade para as vítimas.

«Um homem com uma boa esposa em casa violou uma criança de 7 anos. Não sei porquê, não sei o que ele viu naquela menina, que a levou. [...], parece ter acontecido ontem, mas não sei o que ele viu naquela criança! Aquela criança parece que desmaiou! Uma criança de 7 anos.» – Cuidador com mais de 35 anos, Água-Grande.

Muitos cuidadores acreditavam que o abuso sexual infantil era perpetrado por pessoas conhecidas das crianças, incluindo familiares do sexo masculino e amigos. Um número semelhante de participantes, no entanto, via-o como algo que aconteceria num matagal e seria

perpetrado por estranhos. Os cuidadores reconheceram que os agressores pressionam as crianças para que não falem sobre o abuso.

“A maior parte da violência ocorre através das relações entre pais e filhos, das relações familiares e das relações entre pessoas em casa. É por isso que acontece. – Cuidadora com mais de 35 anos, Água-Grande.

«Sim, pelo padrasto dela, antes de ela ter um bebê. Ela tinha 13 anos. Não sei o que dizer, tenho vergonha de falar sobre isso!» – Cuidador com mais de 35 anos, RAP.

Os cuidadores referiram as seguintes consequências do abuso e exploração sexual infantil:

- Prejuízo para a saúde mental e o bem-estar emocional das crianças
- Gravidez indesejada

Envolvimento em comportamentos de risco

«Há um homem que se aproxima da criança chamando-lhe “querida”, “bolinha”, tentando parecer afetuoso. Ele engana a criança, mente-lhe, manipula-a. Diz-lhe que não pode contar nada a ninguém e que, se o fizer, vai meter-se em sarilhos. A criança fica assustada e acaba por ficar calada. Quando a mãe percebe que algo está errado e tenta fazer com que a criança fale, já é tarde demais. Ela tem de insistir muito para obter alguma informação, mas o trauma já está feito.» – Cuidador com menos de 35 anos, Lemba.

Resultados qualitativos sobre a exploração sexual (perspetivas dos cuidadores)

O sexo transacional (referido como relações entre papoites e catorzinhas) foi reconhecido como um fenómeno comum em todas as comunidades. Considerava-se que as adolescentes com «ambição»⁴ ou aquelas que ansiavam por amor e afeto estavam em risco. Os cuidadores acreditavam que estas relações eram inadequadas em todas as circunstâncias. Ainda assim, os participantes conheciam cuidadores que encorajavam ou condenavam estas relações por conveniência ou desespero.

«Nesta comunidade, as raparigas (crianças) são viciadas, não é só uma delas, são todas. Tenho uma irmã de catorze anos que parece já estar a namorar. Quando falo com ela sobre isso, ela tenta discutir comigo e não aceita conselhos. [...]. Todas as crianças (meninas) nesta comunidade têm vícios, todas elas. Recebem dinheiro de homens para comprar

⁴ Considerar a posse de bens como um indicador de estatuto social.

gelados, sumos, não há nada de bom, tudo é mau.» – Cuidador com menos de 35 anos, Lemba.

Normas em relação ao abuso e exploração sexual infantil (relatos qualitativos de cuidadores)

O abuso sexual infantil era amplamente reconhecido como violência. Ter relações sexuais com adolescentes, mesmo em troca de recompensas materiais, era amplamente considerado inapropriado. Ainda assim, alguns participantes questionaram se as relações sexuais transacionais entre adultos e adolescentes poderiam ser consideradas violência. A incerteza decorria da normalidade destas relações e da crença de que os adolescentes gostavam de as ter. Além disso, o abuso era encoberto com recompensas materiais, o que lançava sérias dúvidas aos cuidadores quanto à gravidade do assunto. Os cuidadores reconheceram que o abuso sexual e a exploração sexual aconteciam a meninas e meninos e já tinham ouvido falar de tais casos.

«Ela aceitou que um homem de 40 anos abusasse dela. É porque ela gostava. Ainda há pessoas que o escondem... então ela esconde-o. Ela gostava! Mesmo que o Estado diga que é abuso, ela gostava.» – Cuidador com mais de 35 anos, Lemba.

3.7 Outros fatores de risco e influências contextuais

Desintegração familiar e consumo de álcool

Vários fatores contextuais representam dimensões importantes de adversidade e instabilidade que podem moldar tanto o bem-estar da criança como o stress do cuidador. Por exemplo, mais de 1 em cada 3 crianças (36,4 por cento) tinha vivido a separação ou o divórcio dos pais ou tutores, sendo esta percentagem mais elevada entre os adolescentes (40,5 por cento). Quase metade dos cuidadores (46 por cento) referiu consumir álcool pelo menos uma vez por mês, e mais de 1 em cada 3 mulheres (38,3 por cento) referiu que o seu parceiro consome álcool mensalmente ou com maior frequência. Os desafios referidos pela polícia na dinâmica das famílias incluíram famílias numerosas, elevados níveis de infidelidade a causar a ruptura familiar, a separação das crianças dos pais em situações que envolviam violência doméstica, elevados níveis de consumo de álcool e homens que não sustentavam financeiramente os seus filhos.

Houve uma discussão considerável nos grupos focais com cuidadoras sobre o facto de os homens evitarem frequentemente o compromisso quando se tratava de relações. Várias

participantes tinham vários pais para os seus filhos ou homens que muitas vezes as tinham abandonado, seja porque se mudaram ou porque já tinham uma família. É importante referir que, embora as mulheres expressassem exaustão face a estas situações, muitas delas também defendiam que era difícil encontrar homens e, por isso, acabavam por defender vigorosamente os seus parceiros para evitar o abandono. Isto incluía a aceitação do seu comportamento violento.

«Na minha situação, não tenho sorte com os homens, eles engravidam-me e depois abandonam-me [risos do grupo].» – Cuidadora com menos de 35 anos, Lemba.

Violência por parte do parceiro íntimo

A violência por parte do parceiro íntimo foi frequentemente mencionada de forma espontânea nas discussões qualitativas com os cuidadores. A violência física por parte do parceiro íntimo era uma realidade quotidiana para muitos participantes. No entanto, também foram vivenciadas outras formas de violência por parte do parceiro íntimo, incluindo a violência sexual. Tanto homens como mulheres tentavam esconder os episódios de violência por medo das consequências que adviriam caso fossem descobertos. O álcool era visto como um dos principais fatores desencadeantes.

«O primeiro homem, graças a Deus, o pai cuidou muito bem de mim, enquanto o segundo, quando namorávamos, dizia “amo-te” (risos do grupo), assim que engravidei, o “amo-te” acabou.» – Cuidadora com menos de 35 anos, Lemba.

As crianças **testemunhavam frequentemente o abuso das suas mães**, quer porque viam o que acontecia, quer porque ouviam a violência, quer porque encontravam as suas mães espancadas ou em lágrimas depois. Algumas participantes descreveram a necessidade de fugir temporariamente de casa, muitas vezes a meio da noite, levando os filhos consigo, para evitar a escalada da violência.

«Eles ficam apenas a ver [eu a ser espancada].[...]. Se acho que é normal? Claro que não, claro que não.» – Cuidadora com menos de 35 anos, Agua-Grande.

«Quando a situação fica complicada, tens de tirar as três crianças de casa e levá-las para a casa do vizinho para as esconder; não podes ficar em casa porque o pai é como um demónio lá dentro.» – Cuidadora com mais de 35 anos, Lemba.

A violência física por parte do parceiro íntimo, tal como a disciplina física das crianças, era esmagadoramente normalizada nas comunidades e não era vista como motivo de

grande preocupação. Os homens pareciam atribuir o mau comportamento das mulheres à rebeldia e, tal como com as crianças, pareciam pensar que lhes dar uma bofetada era eficaz para as fazer comportar-se (por exemplo, quando as mulheres bebiam ou não tinham preparado o jantar ou cuidado das crianças). Especialmente as mulheres em relações violentas tinham frequentemente normalizado atos de violência menores e menos agressivos, aos quais por vezes se referiam como “bofetadas de amor”.

«E uma bofetada nem sempre é violência. Uma bofetada nem sempre é violência. Porque a mulher não obedece ao marido (risos). O marido diz alguma coisa e ela não obedece. Se ele lhe der uma bofetada, vejo isso como normal... bem, não na rua... em casa, numa conversa dessas, a mulher não está a obedecer. Mesmo que seja violência, para mim é normal. No dia seguinte, ela não comete o erro, pois não?» – Cuidador com menos de 35 anos, Lemba.

Os cuidadores costumam tolerar o abuso por vergonha e medo. Isso inclui o medo das consequências financeiras do «abonnement» ou da prisão do parceiro, o medo do que possa acontecer às crianças e o medo de que a violência se transforme em situações de risco de vida. Os membros da comunidade, muitas vezes outras mulheres, por vezes desencorajavam as mulheres em relações violentas a denunciar o abuso, motivando-as antes a suportá-lo.

“Quem não fala é quem está realmente a sofrer. Não estamos bem. Só quem está dentro de casa sabe o que está a passar. A minha irmã até me enviou um bilhete para sair daqui, mas eu disse que não podia deixar as crianças. [...], porque não vou entrar num avião e deixar quatro menores sozinhos. Vou esperar que eles cresçam. Entretanto, continuo a sofrer abusos. Posso rir por fora, mas carrego a dor no coração porque não tenho outra escolha. Os homens maltratam muito as mulheres.» – Cuidadora com mais de 35 anos, Lemba.

Havia um sinal claro de aprendizagem social na perpetração da violência por parceiro íntimo. A exposição dos filhos ao abuso diário das suas mães levou-os a acabar por interiorizar a crença de que era aceitável que os homens batessem nas mulheres.

«As mulheres rurais sofrem muito às mãos dos homens. Basta-lhe receber o dinheiro do programa de assistência social e o marido deixa de contribuir com nada para o lar. O meu filho chegou a dizer-me: “Estás a receber dinheiro, porque não compraste sumo enlatado?” Respondi que já há demasiados em casa e que não temos dinheiro para sumo enlatado. Comprei sumo em garrafa, que dá para todos e ainda sobra para o dia seguinte. Ele então

disse: ‘Vou esperar o pai chegar para ele te bater com o cinto. Ele diz isso porque vê o pai a agir assim.» – Cuidadora com mais de 35 anos, Lemba (resposta resumida).

A sensibilização pode ajudar a mudar atitudes. As respostas de alguns participantes sugeriram que as atividades de sensibilização da comunidade poderiam provocar mudanças nas atitudes em relação à violência entre parceiros íntimos.

«Já abri os olhos. Desde o momento em que participei numa sessão de formação do Programa Familiar com a juíza — já me esqueci do nome dela —, mudei. Nessa reunião, compreendi os meus direitos e, desde então, já não aceito ser espancada por homens.» – Cuidadora com mais de 35 anos, Lemba.

3.8 Perspetivas e experiências dos adolescentes em relação à violência

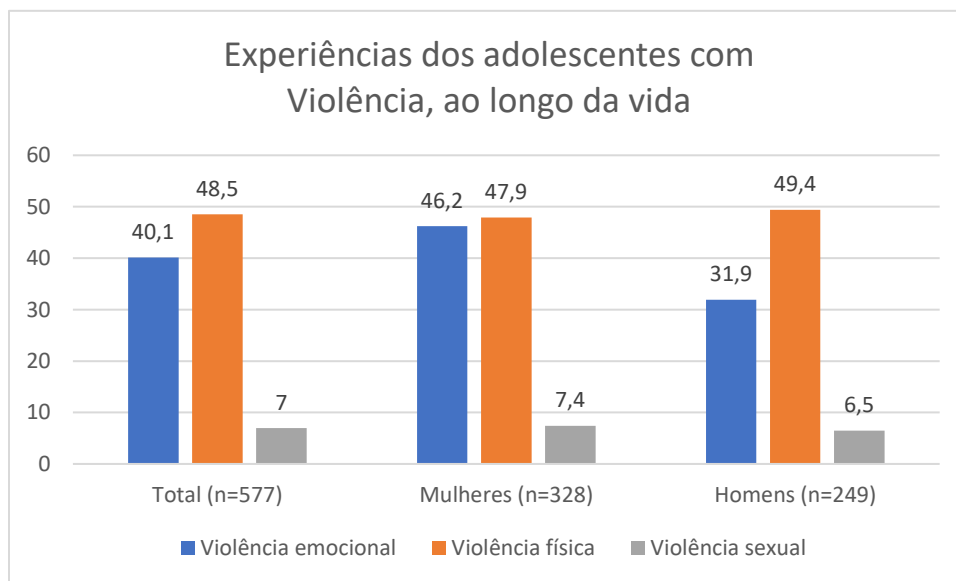


Figura 9. Experiências de violência dos adolescentes, ao longo da vida

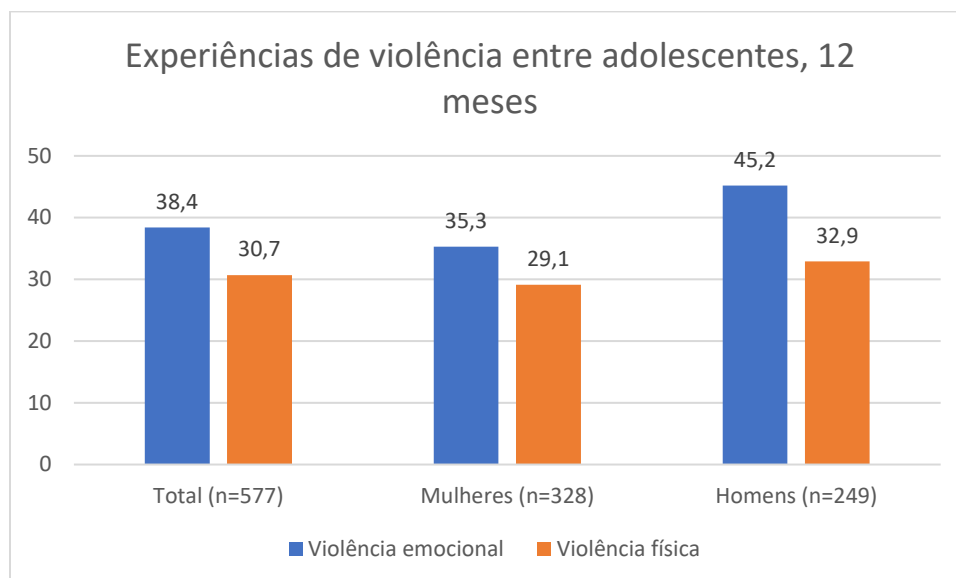


Figura 10. Experiências de violência dos adolescentes, nos últimos 12 meses

Quase três em cada cinco adolescentes (59,5 por cento) relataram ter sofrido pelo menos uma forma de violência física, emocional ou sexual ao longo da vida.

Violência física

- Quase metade dos adolescentes (48,5%) relatou ter sofrido violência física ao longo da vida, e 3 em cada 10 (30,7%) relataram violência física nos últimos 12 meses.
- Mais de um quarto dos adolescentes (27,1%) referiu ter sofrido violência física por parte de um dos pais ou de um cuidador.
- Entre os adolescentes que sofreram violência física, apenas cerca de 1 em cada 5 (21,3%) contou a alguém e cerca de 1 em cada 7 (14,3%) procurou ajuda.
- As raparigas apresentaram probabilidades mais elevadas de sofrerem violência física ao longo da vida por parte de cuidadores do que os rapazes.
- Uma melhor qualidade da relação entre pais e adolescentes estava associada a menores probabilidades de sofrer violência física ao longo da vida.

Violência emocional

- A violência emocional também era comum, com 2 em cada 5 (40,1%) adolescentes a referir terem sido vítimas ao longo da vida e quase 2 em cada 5 (38,4%) a referir terem sido vítimas nos últimos 12 meses.
- A violência emocional ao longo da vida foi mais elevada entre as raparigas do que entre os rapazes (46,2% em comparação com 31,9%), mas a violência emocional no último

ano foi mais elevada entre os rapazes do que entre as raparigas (45,2% entre os rapazes em comparação com 35,3% entre as raparigas).

- Uma melhor qualidade da relação entre pais e adolescentes foi associada a menores probabilidades de violência emocional ao longo da vida.

Violência sexual

- Um em cada 13 adolescentes (7,0%) relatou pelo menos uma experiência de violência sexual ao longo da vida.
- Entre os adolescentes que relataram alguma experiência de violência sexual, 37,8% contaram a alguém e apenas 15,2% procuraram ajuda.
- Os adolescentes mais velhos apresentavam probabilidades mais elevadas de violência sexual ao longo da vida, enquanto um maior número de crianças no agregado familiar estava associado a probabilidades mais baixas de violência sexual ao longo da vida.

Saúde mental dos adolescentes

- Mais de um quarto dos adolescentes (27,7%) atingiu o limiar para sintomas depressivos, e as raparigas relataram sintomas depressivos e dificuldades totais no SDQ significativamente mais elevados do que os rapazes.

Normas em torno do sexo e da sexualidade

De um modo geral, as raparigas adolescentes mais jovens (13-15 anos) pareciam ter menos experiência e conhecimento sobre sexo, enquanto os rapazes adolescentes mais jovens (13-15 anos) pareciam ter um pouco mais de conhecimento, embora com níveis variados de experiência. Os rapazes e as raparigas adolescentes mais velhos (16-17 anos) pareciam ter tanto um conhecimento mais vasto como mais experiência em matéria de sexo do que os seus pares mais novos. A partir de discussões qualitativas com adolescentes, as seguintes conclusões refletem o conhecimento dos adolescentes e as fontes de informação sobre sexo:

- **O sexo era quase universalmente entendido pelos adolescentes como algo que acontecia entre um homem e uma mulher.**
- **Tanto os rapazes como as raparigas indicaram que recebiam a maior parte da sua informação sobre sexo na escola.** Esta informação parecia ser, em grande parte, sobre a biologia do sexo e e (por exemplo, anatomia reprodutiva), e muitos alunos indicaram que os professores nem sempre se sentiam à vontade para discutir este tema na aula e aconselhavam a abstinência.

- **Era fácil falar sobre sexo com os amigos**, e tanto os rapazes como as raparigas indicaram que os seus amigos eram as pessoas a quem mais recorriam quando precisavam de falar sobre sexo. No entanto, os amigos nem sempre eram vistos como uma boa fonte de informação, uma vez que todos tinham normalmente as mesmas perguntas e preocupações sobre sexo.
- **Os adolescentes relataram que complementavam a sua aprendizagem ou procuravam respostas para as suas perguntas online.** A pornografia era algo amplamente consumido entre os adolescentes, mas não era vista como uma fonte fiável de informação sobre sexo; pelo contrário, era algo utilizado para excitação e entretenimento. Também não era necessariamente algo que todos os adolescentes se sentissem à vontade para ver.
- **Enquanto alguns participantes se sentiam à vontade para falar com os pais sobre sexo, muitos outros indicaram que o sexo era um tema tabu e que os pais, particularmente os pais, ficavam muito zangados sempre que abordavam o assunto.** Este era o caso tanto para rapazes como para raparigas, mas parecia ser mais grave para as raparigas.

Os adolescentes tinham fortes convicções normativas sobre quando era apropriado ter relações sexuais. Embora fosse considerado aceitável namorar desde uma idade mais jovem, o sexo (ou *mambo*, sexo sem intenção de procriação) devia ser reservado para quem tivesse 17, 18 anos ou mais. Notavelmente, estas opiniões nem sempre se alinhavam com a prática real, e muitos participantes indicaram que os seus pares estavam a ter relações sexuais em idades muito jovens – a partir dos 12 ou 13 anos, e muitas vezes tratava-se de raparigas jovens a ter relações sexuais com homens mais velhos.

Tanto os rapazes como as raparigas estavam preocupados com a gravidez na adolescência e com os danos que isso poderia causar ao seu futuro e à sua reputação. Os preservativos foram discutidos como algo a usar para evitar a gravidez e as doenças. No entanto, as gravidezes na adolescência pareciam muito comuns, e a maioria das raparigas conhecia várias amigas, colegas de turma e/ou raparigas nas suas comunidades que acabaram por engravidar com apenas 13 anos. A combinação de consequências educativas antecipadas, vergonha social e medo das reações dos cuidadores (por exemplo, ser expulsa de casa) parecia levar as raparigas a tentar o aborto, por vezes sem que os pais soubessem.

Eu também tenho uma tia, que já é velha. Até agora ela não tem filhos, porque quando era jovem, como as pessoas dizem agora, ela era camionista. Ela costumava simplesmente

arrancar a barriga. Agora que estás velha, não tens filhos. Ela está sempre a dizer, pessoal, que deu à luz duas vezes e morreu, mas é mentira. Quando era jovem, costumava simplesmente arrancá-los... (risos coletivos). – Adolescente, 16-17 anos, Água-Grande.

Os adolescentes concordaram que alguma disparidade de idade era aceitável, com algumas raparigas a mostrarem-se interessadas em namorar homens mais velhos. Até certo ponto, tais relações eram vistas como «na moda» e, especialmente, as adolescentes admiravam as suas colegas envolvidas nelas. Muitos participantes pareciam achar que isso era aceitável desde que ambas as partes consentissem, independentemente da idade. No entanto, também sabiam que isso poderia meter ambas as partes em apuros.

«Além disso, muitas crianças hoje em dia não querem namorar alguém da sua idade. Querem namorar um adulto... mas o governo vê isso como uma violação, por que não, mas está a tentar. Normalmente, em muitos casos, não é violação.» – Adolescente, 16-17 anos, Água-Grande.

Tanto os rapazes como as raparigas consideravam que o uso do preservativo era aceitável, em teoria, se alguma das partes não quisesse engravidar ou contrair uma doença, mas os participantes estavam divididos quanto ao facto de o uso do preservativo ser frequente na prática. Outras formas de contraceção não foram frequentemente discutidas – muitos participantes pareciam não conhecer outros métodos de contraceção além dos preservativos. Os rapazes relataram que não lhes tinham ensinado a usar preservativos e que muitos tiveram de aprender sozinhos.

Normas de género em torno do sexo

Os adolescentes tinham crenças e expectativas profundamente enraizadas sobre homens e mulheres nas relações sexuais, baseadas em fortes normas de género patriarcais. Quase por unanimidade, os participantes acreditavam que os homens tinham um desejo sexual mais forte do que as mulheres, ou que os homens precisavam mais de sexo do que as mulheres (embora alguns rapazes adolescentes tenham indicado que achavam que as mulheres também tinham desejo sexual, mas eram menos capazes de o demonstrar devido às expectativas sociais). Havia também uma forte convicção de que os homens deviam iniciar o sexo, mesmo que a mulher o quisesse.

«Mas é um direito do homem pedir sexo. Uma mulher não pode pedir, mas um homem pode.» – Rapaz adolescente, 16-17 anos, Água-Grande.

As mulheres deviam fazer-se **de difíceis**, ou ser tímidas quanto ao desejo sexual, mesmo que realmente o desejassem, porque isso iria contra as expectativas sociais. Fazer-se de difícil também era necessário porque as mulheres tinham de estabelecer limites e expectativas muito claros em relação aos homens, de que nem sempre se entregariam sexualmente de forma livre e que o seu consentimento não era contínuo.

«Na minha opinião, às vezes é preciso dizer não. Para que ele também saiba que as mulheres também têm posições.» – Adolescente, 16-17 anos, Lemba.

Normas em torno do consentimento

Os participantes, especialmente as raparigas de ambas as faixas etárias e os rapazes adolescentes mais velhos, compreenderam quase unanimemente o que era o consentimento. (Houve alguns casos isolados de rapazes adolescentes mais novos que não compreenderam totalmente o conceito.) O consentimento era entendido principalmente como algo em que ambas as partes concordavam no âmbito de um envolvimento sexual, quer se tratasse de namoro ou de uma relação sexual não exclusiva.

A maioria dos rapazes e das raparigas compreendia que era necessário o consentimento para o contacto sexual e para o ato sexual, sendo que a maioria concordava que, se alguém recusasse o consentimento, não se poderia prosseguir com a atividade, pois isso seria interpretado como uma imposição à outra pessoa. Os rapazes, em especial, pareciam estar cientes das consequências de toques indesejados nas raparigas. Enquanto as raparigas compreendiam que o consentimento para um ato (por exemplo, beijar) não significava necessariamente consentimento para outra coisa, muitos rapazes entendiam o consentimento como contínuo e viam o consentimento para beijar ou tocar como consentimento para o sexo.

«A minha opinião é que [o rapaz] tem de pedir permissão... porque às vezes eu também não quero [fazer sexo], não é obrigatório... Eu concordei em ser namorada dele, não concordei em ser um objeto dele.» – Rapariga adolescente, 16-17 anos, Lemba.

«Concordo, porque se ela aceita que eu a abraçe, que a beije, isso significa que aceita que eu tenha relações sexuais com ela.» – Rapaz adolescente, 16-17 anos, RAP.

Embora isto fosse compreendido conceptualmente, particularmente fora dos limites de uma relação, era mais difícil para os participantes compreenderem dentro dos limites de uma relação, especialmente um casamento, com diferentes participantes a subscreverem a ideia de que as esposas pertenciam aos maridos e que o consentimento não era necessário num

casamento. Ainda assim, muitas das raparigas sentiam que não eram objetos para os maridos usarem e que podiam recusar o sexo. Da mesma forma, a maioria dos rapazes concordou que o consentimento continuava a ser importante no casamento, pelo menos para o sexo, mas talvez não para beijar ou tocar.

«Ela não pode fazer isso [recusar sexo]. Só se estiver doente.» – Rapaz adolescente, 16-17 anos, RAP.

«Ela pode dizer não porque não está tão disposta como o homem. Por isso, ela pode dizer não.» – Rapaz adolescente, 13-15 anos, RAP.

Experiências de violência e abuso vividas pelos adolescentes (resultados qualitativos)

Exposição à violência sexual

Nas discussões qualitativas, a violência sexual foi, de longe, o tipo de violência mais discutido entre as adolescentes. Elas relataram que isto aconteceu por parte de muitos agressores, desde familiares próximos (padrastros, tios, avós), professores, bem como homens aleatórios da comunidade, muitas vezes reincidentes. As raparigas pareciam ser vítimas desta violência de forma extremamente desproporcional. As experiências de violência sexual mais comuns discutidas pelas raparigas incluíram toques sexuais indesejados, assédio sexual e exploração sexual.

«Também vejo coisas que dizem sobre pessoas mais velhas. E há uma colega minha que disse que [uma pessoa mais velha]... a convidou para entrar no carro. Ela disse que entrou. E... ela não queria fazer sexo, não daquela forma. Ele convidou-a apenas para entrar no carro. E ele levou-a... e como ela não queria ir sozinha, sentiu-se com medo, foi com a amiga... o senhor... fez tudo [sexualmente]... o senhor colocou a mão por cima das calças dela, ela teve sorte que a porta do carro não estava trancada...» – Adolescente, 16-17 anos, Água-Grande

O toque sexual indesejado e o assédio sexual eram duas coisas que pareciam comportamentos altamente normalizados por parte dos homens e que, por isso, assombravam as raparigas onde quer que fossem, incluindo na escola, no trabalho ou quando andavam pelas ruas das suas comunidades. Homens de todas as classes sociais, incluindo pais de amigos, professores ou amigos do sexo masculino de irmãos mais velhos, mas também homens aleatórios nas suas comunidades, comentavam sobre a aparente disponibilidade sexual das raparigas, como se fosse um elogio, e não como se as vissem como objetos sexuais. Para as raparigas, isto significava que muitas vezes se sentiam desconfortáveis

e inseguras nas suas comunidades e tinham de pensar no trajeto de ida e volta aos locais onde precisavam de estar.

«Estás distraída, um tipo aproxima-se por trás e agarra-te no rabo. Se isto acontecer várias vezes, tu não... tu nem vais dar por isso.» – Adolescente, 16-17 anos, Lemba.

O sexo transacional era um tema um tanto controverso, mas também entendido como algo que acontecia com bastante frequência e que era mais ou menos aceitável, dependendo da razão suspeita para tal. Por exemplo, se se soubesse que a família de uma rapariga tolerava ou encorajava o ato, este era mais aceitável. O mesmo se aplicava às raparigas que se envolviam nisso por necessidade extrema. Era menos aceite se a família não o tolerasse, ou se a rapariga fosse vista como «ambiciosa», a ir atrás de um homem mais velho ou financeiramente mais estável apenas para obter certos bens materiais dele, ou de um professor em troca de melhores notas. Os rapazes, em particular, não concordavam com relações sexuais transacionais.

Os professores frequentemente faziam propostas de sexo ou favores sexuais às suas alunas, visando especificamente as alunas com baixo desempenho escolar, e a rapariga era normalmente culpada nesse cenário. Quer aceitasse ou não essas investidas, ela sofria consequências: a sua nota era baixada se não aceitasse, e era marginalizada ou ridicularizada pelos seus

«O professor já me pediu para ficar com ele para melhorar a minha nota... [Eu tinha] 14 [anos]. [Senti-me] assustada.» – Adolescente, 13-15 anos, Lemba

Exposição à violência física

A violência física também era vista como comum e altamente normalizada. Os pais e os professores pareciam ser os que mais frequentemente praticavam essa violência e, embora fosse frequentemente desaprovada pelos adolescentes quando usada nas escolas, era vista como mais aceitável em casa, especialmente quando «leve» e aplicada para ensinar uma lição à criança. Em quase todos os grupos de discussão, quando perguntaram aos participantes se tinham sofrido violência física, a maioria relatou alguma experiência com isso em algum momento, especialmente quando eram mais novos. Além das suas próprias experiências de disciplina física, as crianças eram frequentemente expostas a esses atos perpetrados contra outras crianças na escola ou nas suas comunidades por pais e professores, o que contribuía para a normalização da disciplina violenta.

«[Eu] apanhei muito, nem consigo contar. Socos, estaladas, espancamentos, a sério...» – Adolescente, 16-17 anos, Lemba.

Exposição à violência emocional

A violência emocional (psicológica) sob a forma de disciplina violenta parecia ainda mais comum em comparação com a disciplina física. Muitos adolescentes reconheceram-na como violência e viveram-na como mais prejudicial do que a disciplina física. A violência emocional permaneceu com a vítima e fez com que se sentisse perturbada e magoada muito tempo depois de as palavras violentas terem sido proferidas.

«[Prefiro] a [violência] física. As palavras que te deixam zangada, passas semanas a pensar nelas, só a chorar. E [quando a] ofensa... [é] física... choras. Dá-me um pouco de água. Já passou.» – Adolescente, 16-17 anos, Água-Grande

Exposição à violência na comunidade

A violência na comunidade era uma preocupação, embora parecesse ser menos prevalente. Foram principalmente os rapazes que relataram ter sofrido violência por parte dos pares nas ruas e na escola. Os rapazes adolescentes também referiram a violência física que sofreram por parte da polícia e de oficiais militares, incluindo aqueles contratados para garantir a sua segurança na escola. Relataram que estes atos aleatórios de violência os fizeram sentir-se muito inseguros nesses ambientes. (Notavelmente, e em consonância com os relatos dos professores, isto parecia ser apenas um problema entre os rapazes no distrito da capital, Água-Grande).

Normas em torno da violência sexual (aceitação de mitos sobre a violação)

Uma forte aceitação de mitos prejudiciais sobre o violação, tanto por parte de rapazes como de raparigas adolescentes, sustentava a aceitação normativa da violência e da culpabilização da vítima e reforçava ainda mais as evidências de normas de género profundamente enraizadas em torno do sexo. De particular importância neste contexto era o facto de que, enquanto o abuso sexual de crianças pequenas frequentemente responsabilizava o agressor e não culpava a vítima, quando uma rapariga adolescente sofria violência sexual, era frequentemente considerada como tendo provocado ou convidado essa violência. Por exemplo, quando confrontados com um cenário em que uma rapariga usava uma roupa reveladora, foi a uma festa, embriagou-se e foi posteriormente violada, a grande maioria dos rapazes indicou que achava que a rapariga era culpada por ter sido violada porque se vestia de forma provocante e não cuidava de si, quando deveria ter sabido melhor. Poucos rapazes acreditavam que, se uma mulher agisse dessa forma, isso significava que ela estava à procura de sexo e pretendia provocar os homens. Ainda assim, alguns rapazes indicaram que achavam que a culpa não era

inteiramente dela e sugeriram que o que uma mulher veste nunca é desculpa para um homem a violar. Estes rapazes sugeriram que um homem deveria cuidar dela, por exemplo, levando-a para casa em segurança, em vez de se aproveitar dela.

«... as roupas que ela veste são para provocar os homens. Quando um homem vê uma mulher assim na rua, com esse tipo de roupa, tem uma tendência para a agarrar, largá-la, tapar-lhe a boca e levá-la para um canto para a violar. Esta também. Concordo, porque a culpa é dela. Ela é culpada.» – Rapaz adolescente, 16-17 anos, Lemba.

A maioria das raparigas indicou que as suas escolhas de vestuário não deveriam colocá-las em risco de serem violadas. Ainda assim, muitas raparigas partilharam a opinião de que as mulheres deveriam saber comportar-se melhor. As discussões entre as adolescentes indicaram que era importante que as mulheres soubessem como evitar provocar os homens. Isto significava estar atenta a coisas como o que vestir, se beber, como dançar e se sair, especialmente quando sozinha.

«... Acho que a culpa é do homem. Porque é que ele vê alguém com roupa curta e não consegue passar por ela?» – Adolescente do sexo feminino, 13-15 anos, Água-Grande.

Os rapazes adolescentes estavam claramente divididos quanto à possibilidade de os rapazes serem violados – muitos achavam que os rapazes mais novos podiam ser violados, mas que os rapazes mais velhos e os homens não podiam, porque eram capazes de reagir e defender-se. O sentimento geral era de que, se um rapaz fosse violado, provavelmente seria porque era gay ou porque queria ser violado. A maioria das raparigas parecia acreditar que os rapazes podiam ser violados por inúmeras razões, mas compreendiam que este era um conceito difícil de entender para muitos, porque os homens eram considerados mais fortes e menos objetificados do que as mulheres.

«Para mim, um rapaz, um rapaz, nunca deixaria que um homem como ele o violasse. Bem, se tu... nem mesmo à força, eu não aceito isso.» – Adolescente, 16-17 anos, Água-Grande.

Normas em torno da disciplina violenta

Embora altamente normalizada, a disciplina física nem sempre era aceite pelos adolescentes, especialmente na escola. Parecia haver mais tolerância para com os pais que eram fisicamente violentos com os filhos, especialmente se os adolescentes sentissem que isso era feito com o intuito de dar uma lição à criança, se o cuidador também tivesse aprendido disciplina através da violência, ou se a mãe a utilizasse em resposta ao seu próprio stress ou a experiências de violência por parte do parceiro íntimo. A violência parecia dissipar-se

à medida que as crianças cresciam, provavelmente porque já não era vista como uma opção viável com adolescentes.

«É o que a minha mãe faz comigo (risos coletivos), mas eu compreendo-a, também por causa do stress; o meu pai causa-lhe muito stress e ela descarrega em mim, eu compreendo-a...» – Adolescente do sexo feminino, 16-17 anos, Água-Grande.

A disciplina física era considerada menos grave quando se tratava de bater ou dar estaladas, com os participantes a indicarem que isso era frequentemente feito mais por frustração, ou porque a criança não estava a ouvir, e menos por intenção de causar danos. Estes atos de disciplina física não eram frequentemente considerados violência propriamente dita ou, pelo menos, não violência grave.

«Há pais que dão palmadas... há crianças que simplesmente precisam de levar palmadas, que... agora há pais que usam machetes.» – Adolescente, 16-17 anos, Água-Grande.

A disciplina física parecia ser mais grave ou prejudicial para o adolescente ou a criança quando era infligida com o uso de um objeto. Os participantes relataram serem frequentemente agredidos com manguueiras, vassouras, cabos de alimentação, chinelos e lâminas de faca pelos seus cuidadores. Estes atos de violência eram considerados mais agressivos, e os participantes viam-nos como violentos e prejudiciais.

«A minha mãe bate-nos, é agressiva. Ela bate nas pessoas com a lâmina da faca. A faca é o que ela usa... [ou um] cabo de alimentação.» – Adolescente, 13-15 anos, Água-Grande.

Os adolescentes, especialmente as raparigas, indicaram que os seus pais eram propensos a recorrer à violência física contra eles se soubessem ou suspeitassem que estavam a namorar. Muitos participantes relataram que os seus pais não sabiam de que outra forma os disciplinar se suspeitassem que as suas filhas estavam a namorar ou a ter relações sexuais com um rapaz e recorriam à violência como castigo por esse comportamento.

“Não, não, não, estou a falar nisto porque tive um namorado e depois o meu pai descobriu. O meu pai não gostou e não queria que eu namorasse com ele e o meu pai bateu-me e, quando o faz, magoa-nos. Um dia, quando ele me estava a bater com demasiada força, percebi que tinha de saltar pela janela, ele viu-me e foi buscar uma faca.” – Adolescente, 16-17 anos, Lemba.

Resposta à violência

Consequências da violência

Os adolescentes referiram as seguintes consequências da violência:

- Impactos negativos na saúde mental, no bem-estar emocional e na autoimagem das crianças.
- Prejuízo nas relações entre cuidadores e crianças, com algumas adolescentes vítimas de violência a evitarem ativamente o lar.
- Sentimentos de raiva, ressentimento e tentativas de vingança.

«Lembro-me de querer morrer para que tudo isto acabasse.» – Adolescente do sexo feminino, 13-15 anos, RAP.

As consequências mais especificamente ligadas ao abuso sexual incluíram:

- Viver com medo constante do agressor
- Gravidez indesejada
- Ideação suicida e tentativas de suicídio após gravidezes indesejadas (incluindo, mas não se limitando a, gravidezes resultantes de abuso sexual).

«Senti-me triste. Também me senti triste quando ele se foi embora. Tinha medo que ele me apanhasse.» – Adolescente, 13-15 anos, Lemba

Comportamento de denúncia e procura de ajuda

Tanto os rapazes como as raparigas sugeriram que se sentiriam à vontade para revelar a violência aos pais, particularmente às mães, ou a outros membros da família, principalmente avós ou irmãos (mais velhos). Poucos mencionaram sentir-se seguros para revelar a violência a outros adultos, como professores ou conselheiros. Em geral, a decisão de revelar ou não a violência a esses adultos dependia do tipo de violência, do local onde ocorreu e da natureza da relação com a pessoa a quem se confiava. Poucos adolescentes disseram não ter acesso a um adulto de confiança. Enquanto alguns relataram que contariam aos seus amigos, muitos mais tinham receio de que os amigos espalhassem boatos sobre eles ou piorassem ainda mais a situação

«... Vou contar à mãe e ao pai para saberem o que se passa.» – Rapaz adolescente, 13-15 anos, RAP.

Os participantes não pareciam ser excessivamente cétricos em relação à polícia, mas também não pareciam ter muita fé de que os agressores fossem processados. (Embora muitos tenham citado exemplos em que o autor da violência, especialmente da violência sexual, foi preso.) Para além da polícia, os profissionais, incluindo profissionais de saúde e conselheiros,

não gozavam da total confiança dos adolescentes porque, tal como a maioria das pessoas, gostavam de fazer fofocas, e esta prática comum em São Tomé era frequentemente vista como um obstáculo à sua ética profissional.

«A minha mãe tem uma amiga que é psicóloga e, quando as minhas irmãs estavam aqui, ela falou com a minha mãe e disse que, se quiséssemos, podíamos ir falar com ela. Mas eu não fui... ela é muito fofoqueira (risos coletivos), sei que os psicólogos não falam, mas se a Sra. [nome] estivesse lá para falar com a minha mãe, eu não falaria (risos)” – Adolescente, 16-17 anos, Água-Grande.

Muitos adolescentes indicaram que gostariam que houvesse melhores fontes de apoio para poderem falar sobre as suas experiências de violência. A melhoria das relações entre pais e filhos também foi mencionada como um fator importante para esse fim.

Muitos participantes sentiram que a maior barreira à denúncia não era a falta de conhecimento (a maioria sabia que podia denunciar às autoridades escolares ou à polícia e sentia-se à vontade com isso), mas sim o medo do agressor, especialmente se este fosse um cuidador de quem a criança dependia, o medo de não ser acreditada ou de ser culpada pelo que aconteceu, a vergonha pelo que aconteceu, a normalização da violência (não a considerar como violência) e sentimentos de compaixão pelo agressor, especialmente se este fosse um cuidador. As barreiras à denúncia de violência a um cuidador, caso este não fosse o agressor, estavam frequentemente ligadas à indiferença antecipada ou ao receio de que tal denúncia fosse recebida com ainda mais violência.

«[Podem não denunciar a violência porque] podem ser ameaçados; se contarem, algo pode acontecer. Podem ter medo de contar.» – Rapaz adolescente, 13-15 anos, RAP.

Recomendações para a prevenção da violência

De um modo geral, os adolescentes pareciam compreender a violência como um problema intergeracional e que se tratava de uma questão porque as pessoas nas suas comunidades aceitavam a violência simplesmente como algo natural, indicando que seria difícil mudar. No entanto, também reconhecem a sua capacidade de criar mudança nas suas próprias famílias. Rapazes e raparigas referiram a necessidade de mais apoio em todos os níveis para ajudar na denúncia e na recuperação pós-violência. Este apoio parecia ser mais desejado por parte dos adultos importantes nas suas vidas, particularmente dos pais.

«Falar com os pais com mais frequência, ter uma relação mais próxima com os pais, dar-lhes-á mais coragem [para falar sobre a violência].» – Adolescente do sexo masculino, 13-15 anos, RAP.

3.9 Normas, crenças e práticas de violência nas escolas

As entrevistas qualitativas com diretores e professores proporcionaram várias perspetivas sobre a violência nas escolas. Não foram realizados inquéritos quantitativos nas escolas no âmbito deste estudo.

Disciplina violenta

Embora tenham sido dados passos importantes para diminuir o uso de disciplina violenta entre as crianças, tanto nas escolas primárias como nas secundárias, incluindo através da proibição legislativa dos castigos corporais em contextos educativos, **a aceitação normativa de certos atos de disciplina física (como um “pequeno chicote” ou “algumas palmadas” se uma criança não obedecer a uma advertência verbal) ou de disciplina física em determinados contextos (como a escola primária e em casa) exerceu forte influência sobre as crenças e métodos disciplinares de muitos professores.** Isto estava enraizado na crença intrínseca de que as crianças precisam de ser dominadas ou controladas para se tornarem seres humanos civilizados e equilibrados. Os educadores atribuíam frequentemente o comportamento típico das crianças a «mau comportamento» por parte dos alunos e, muitas vezes, atribuíam-no às suas características ou personalidade (por exemplo, por se tratar de uma criança mal-educada ou desrespeitosa).

«Sendo honesto e sem querer ser hipócrita, ou seja, apenas fingir que sou, dar estaladas e espancamentos, não! Mas a palmada é necessária (falta) nas escolas; levar palmadas é necessário porque isso também faz parte da educação.» – Diretor escolar.

Houve diretores e professores que discordaram da disciplina violenta porque achavam que era errado. No entanto, a maioria dos inquiridos discordou e concordou com a disciplina física. Para alguns, isto deveu-se ao facto de apenas aprovarem a disciplina física em determinadas circunstâncias (em determinados contextos e aplicada dentro de determinados parâmetros). Para a maioria dos outros, o assunto parecia ser um tema de conflito interno contínuo.

«Aqueles de vocês que pensam que bater no vosso filho é uma solução, chegará um momento em que eles vão achar que é normal e vão acabar por ter outros tipos de

sentimentos, vão tornar-se pessoas muito rancorosas e vingativas. Eu também não concordo em dizer que é normal; se eu concordasse em fazer isso aos filhos de outras pessoas, não, eu não concordo.» – Diretor escolar

A maioria dos diretores escolares, quando questionados diretamente, afirmou que a disciplina física não era utilizada na sua escola, embora tenham referido incidentes noutras partes das suas entrevistas. Em comparação com os diretores escolares, quando questionados diretamente, os professores, especialmente os do ensino básico, afirmaram com maior frequência que a disciplina física era utilizada. Os professores mencionaram que se recorria à disciplina física por parte de professores que não lidavam bem com comportamentos indisciplinados, perdiam a paciência ou estavam sem saber o que fazer.

«Pronto. É um assunto delicado de se falar, porque não acho que o castigo corporal seja a solução, e mesmo quando eu estudava ainda estava em vigor. [...] Muitas vezes o professor fica incomodado com a atitude do aluno, muitas vezes não consegue controlá-la e, posso dizer, tenta descarregar no aluno. [...] É por isso que muitos colegas recorrem ao castigo físico; embora eu não concorde com isso, estamos a ficar sem estratégias.» – Professor do ensino básico, Agua-Grande.

Quando questionados sobre como os professores que usavam ou não usavam disciplina violenta eram vistos pelos colegas, alguns inquiridos explicaram que os professores que não usavam disciplina violenta eram vistos como exemplos ou modelos a seguir, enquanto outros argumentaram o contrário e consideravam que esses professores eram vistos como indiferentes ou que não se preocupavam em colocar as coisas em ordem, mal vistos ou considerados tolos, não respeitados pelos seus alunos, ou alvo de desconfiança e olhados com suspeita. Para alguns inquiridos, estas opiniões pareciam estar intimamente relacionadas com as suas crenças pessoais e com o uso de disciplina violenta. Mais do que um inquirido mencionou que os professores que usavam disciplina física eram vistos com «nostalgia». A maioria dos inquiridos afirmou, no entanto, que esses professores eram geralmente vistos de forma «negativa».

Os inquiridos também falaram sobre as perceções dos cuidadores relativamente ao uso de disciplina violenta por parte dos professores. Alguns professores acreditavam que os responsáveis não gostavam que os seus filhos fossem espancados ou agredidos na escola e, se isso acontecesse, era uma fonte potencial de conflito. No entanto, havia certamente um grupo de responsáveis que concordava e pedia que os seus filhos fossem levemente agredidos ou espancados na escola por comportamentos indesejáveis. Embora inúmeros testemunhos

sugerissem que os professores ainda recorriam à violência física quando confrontados com comportamentos indesejáveis das crianças, em geral, os professores e diretores escolares tentavam argumentar com os responsáveis e explicar que a disciplina física é errada.

«Aqui, na verdade, nenhum dos pais gosta mais disso. Não, os pais. [...], dizem: este professor é muito mau. Eles vêem-no sob uma luz diferente. Ele não vai ver que estás lá para ensinar, vai ver que estás aqui apenas para castigar» – Diretor escolar.

Tanto os diretores como os professores foram mais abertos quanto à existência de disciplina psicológica. De facto, a maioria dos inquiridos mencionou que era utilizada disciplina psicológica. Embora alguns tenham salientado que, embora isso acontecesse, era apenas raramente ou com moderação. Ao falar sobre práticas de disciplina psicológica, os inquiridos referiram-se a repreensões, gritos ou a chamar aos alunos coisas como incompetentes, tolos ou estúpidos.

«É também uma forma de violência. Não faltam casos disso [por exemplo, um professor chamar de burro a um aluno que está com dificuldades]. Acho que, às vezes, há professores que exageram um pouco. Quando o aluno não está a assimilar o conteúdo da forma que o professor quer, no momento seguinte o professor tem sempre essa tendência de exagerar um pouco, chegando mesmo a chamá-lo de idiota.» – Professor do ensino secundário, Agua-Grande.

Muitos professores descreveram estratégias e métodos positivos de gestão da sala de aula que utilizavam para criar um ambiente de aprendizagem solidário e produtivo, de forma a minimizar o mau comportamento. A grande maioria destes professores partilhou estratégias de «envolvimento» — estratégias destinadas a criar um ambiente na sala de aula em que os alunos se sentissem apoiados e motivados para aprender. Também recorreram, embora em menor grau, a métodos de reforço positivo e disciplina positiva, tais como elogios, redirecionamento e baixar o tom de voz.

«Bem, para mim, a estratégia é conhecer primeiro os alunos. Se conhecermos os nossos alunos, acho que podemos estar mais atentos ao seu comportamento. [...] Se estiver mais próximo dele, acho que é mais fácil para mim descobrir porque é que ele se está a comportar assim [agressivamente; sem prestar atenção]. [...] Por isso, acho que a proximidade entre o professor e o aluno, se o professor for atencioso, acho que o professor pode minimizar o problema com o aluno.» – Professor do ensino secundário, RAP.

Muitos professores referiram-se também a uma série de métodos ou táticas que utilizavam e que seriam considerados degradantes e humilhantes ou de natureza não positiva e punitiva (por exemplo, humilhar os alunos ao castigá-los na frente dos outros).

«Às vezes, o comportamento, acho que é um castigo, na forma de não bater. No meu caso, eu castigo. Coloco-o de joelhos, pego nos cadernos de três ou quatro colegas, coloco-os na mão dele assim... não é que o castigo melhore as coisas, é que não melhora as coisas. Mas há outros que, assim que os castigamos, tentam acalmar-se e comportar-se.» – Professora do ensino básico, RAP.

Independentemente de os inquiridos condenarem, aprovarem ou recorrerem à disciplina violenta, muitos reconheceram o mérito dos métodos de disciplina não violenta. Vários inquiridos consideraram as estratégias não violentas mais eficazes do que as violentas para alterar o comportamento dos alunos, tanto a curto como a longo prazo. No entanto, quase nenhum dos professores entrevistados tinha recebido formação sobre como gerir as suas salas de aula e os alunos de forma não violenta e positiva. Nenhum professor tinha sido exposto a tal formação como parte de um currículo estruturado de pré-serviço ou em serviço. A falta de formação e educação disponíveis impediu a capacidade dos professores de abraçar plenamente práticas de disciplina positiva. Foi vista como o elo que faltava entre as medidas legislativas e as práticas no terreno. A sua falta de conhecimentos e competências deixou os professores céticos quanto à eficácia das medidas não violentas, caso estas fossem utilizadas como únicas medidas para gerir as salas de aula e o comportamento dos alunos.

«Bem, vejo o diálogo de uma forma aberta. Para mim, é eficaz, porquê? Não é um diálogo para apontar erros, mas para fazer com que a criança perceba o seu erro. Quando a criança percebe realmente que cometeu um erro, vê-se que o reconhece e pede desculpa. Por isso, para mim, isto é mais eficaz.» – Diretor escolar, Água-Grande.

«E também pedir ao Ministério da Educação que crie mais dinâmicas a nível [de foco] para os professores, palestras com os professores para que se sintam um pouco mais unidos, porque muitas vezes o Ministério só vem para nos penalizar e penalizar cada vez mais, mas o trabalho do Ministério não é simplesmente penalizar-nos, é apoiar, formar.» – Diretor escolar.

Prevenir e responder à violência

A violência era prolífica de muitas formas nas escolas. A maioria dos participantes, especialmente as professoras do ensino secundário, estava plenamente consciente das relações

sexuais transacionais que ocorriam entre jovens adolescentes e homens mais velhos (incluindo professores do sexo masculino) e, embora a maioria concordasse que essas relações eram inadequadas, elas eram incrivelmente comuns, especialmente no ensino secundário. O abuso sexual de crianças por membros da família era um problema. O bullying físico e psicológico entre alunos, incluindo lutas violentas com objetos ou armas (como atirar pedras uns aos outros), era uma ocorrência regular.

«Bem. Quantos professores estiveram aqui [que tiveram uma relação sexual com um aluno]? [risos]» – Professora do ensino secundário, Água-Grande.

Embora o foco das entrevistas fosse a violência perpetrada contra crianças, era comum que diretores e professores falassem sobre a sua própria vitimização por violência. Os professores sentiam-se, por vezes, ameaçados pela violência dos alunos e dos seus pais, especialmente aqueles que trabalhavam em Água-Grande. Alguns inquiridos consideravam os professores do sexo masculino vítimas nas suas relações sexuais com alunos.

«Se o professor também detetar que outro colega está a ser assediado [por uma aluna]. Também temos de chamar a atenção dessa aluna para que ela compreenda que o professor está aqui para trabalhar e não para ser assediado por ela, porque hoje em dia o assédio vem de ambos os lados. E sabemos como são os nossos alunos hoje em dia quando querem passar de ano e as suas notas não são satisfatórias. Eles usam as suas artimanhas para tentar convencer os professores.» – Diretor da escola.

Não tinha sido implementada qualquer avaliação formal dos riscos para a proteção infantil em nenhuma escola. Ainda assim, vários professores e diretores de escola atestaram diversas circunstâncias que representavam um risco grave para a proteção das crianças, e especialmente para a proteção das raparigas.

«Não tanto, porque nem todas as casas de banho têm portas; as meninas, em especial, vão juntas quando precisam de ir à casa de banho. Uma fica lá dentro e as outras fazem uma barreira à porta, porque nem todas têm porta.» – Professora do ensino básico, RAP.

Apesar de a violência parecer omnipresente, os professores indicaram que se sentiam mal preparados para apoiar os alunos que sofreram qualquer tipo de violência. A grande maioria dos professores não tinha a certeza do que a proteção infantil implicava, de como reconhecer os alunos em risco de violência ou aqueles que tinham sido vítimas, de como prevenir a sua ocorrência e de como responder e encaminhar casos de proteção infantil, incluindo a partir do princípio de «não causar danos». As descrições de como os professores agiram ou agiriam

nessas situações revelaram que os papéis e responsabilidades na proteção das crianças não estavam claramente definidos. Como era de esperar, quase nenhum dos professores tinha recebido formação sobre estas questões.

Os diretores das escolas confirmaram amplamente que não existiam sistemas ou estruturas de apoio formais (tais como um ponto focal de proteção infantil ou um conselheiro escolar) nas suas escolas para apoiar alunos que tivessem sofrido violência ou que fossem vulneráveis por outras razões. De um modo geral, parecia que a responsabilidade final pela proteção infantil a nível escolar recaía sobre a direção da escola, incluindo o Conselho Escolar, e, enquanto professores, estas pessoas não tinham, na sua maioria, recebido formação sobre proteção infantil e eram guiadas por uma compreensão limitada das questões de proteção infantil nas escolas e das suas responsabilidades em relação à proteção das crianças.

«Não temos aqui quaisquer meios de proteção [para apoiar uma criança vítima de violência em casa contra novos danos].» – Diretor escolar.

Da mesma forma, a maioria das escolas carecia de mecanismos de denúncia seguros, tanto para professores como para alunos. Como resultado, os inquiridos identificaram muitas razões para os professores não denunciarem casos de violência contra crianças, quer perpetrados por colegas, quer no seio dos lares e famílias das crianças. Em termos gerais, estas razões estavam relacionadas com:

1. Medo de consequências pessoais negativas ao denunciar
2. Desejo de proteger o agressor
3. Normalização ou aceitação da violência
4. Fatores relacionados com a «logística da denúncia», tais como os níveis de esforço percebidos como necessários ou os atos de cortesia percebidos na denúncia.

No entanto, com a violência generalizada nos lares e comunidades das crianças, bem como nas escolas, numerosos professores e diretores escolares acabaram por se deparar com casos muito complexos de proteção infantil que envolviam abusos graves de um dos seus alunos. Os casos acabaram por ser geridos da forma que os professores e diretores escolares consideraram melhor e com as melhores intenções; no entanto, infelizmente, na maioria das vezes acabaram por arriscar causar mais danos à criança ou pôr em risco a sua segurança. Crenças normativas sobre as crianças e o seu comportamento (por exemplo, a crença de que as crianças mentem sobre o abuso ou que talvez o tenham merecido, pelo que a

verdade tem de ser apurada por um adulto), género e violência, bem como a falta de clareza quanto aos limites dos papéis e responsabilidades em casos de proteção infantil (por exemplo, educadores que acreditam que têm de descobrir a verdade e recolher provas antes de denunciarem), muitas vezes impediram respostas no melhor interesse da criança.

«Eu também aplicaria a mesma consequência, encaminharia o caso para o conselho escolar e, assim, juntos falaríamos com o aluno e o aluno falaria; e se o aluno estiver realmente a ser maltratado, se for verdade, esse pai tem de sofrer uma consequência, ou esse professor tem de sofrer uma consequência, ou aquele aluno que agrediu, ou outro, tem de sofrer uma consequência.» – Professor do ensino secundário, Água-Grande.

Os participantes sugeriram que uma formação abrangente em prevenção e resposta à violência, bem como protocolos, lhes seria útil para compreender melhor como apoiar os seus alunos.

Educação sexual e igualdade de género

Os professores do ensino secundário indicaram que muitos dos seus alunos namoravam e eram sexualmente ativos desde tenra idade, o que era visto como preocupante. Considerava-se que havia uma influência familiar considerável nos namoros e na atividade sexual entre os adolescentes – aqueles que provinham de «boas» famílias com valores conservadores fortes cumpriam esses valores conservadores no que dizia respeito aos namoros, e aqueles com menos orientação ou supervisão parental tendiam a passar de namoros casuais para atividades sexuais mais rapidamente e numa idade mais precoce do que aqueles cujos pais estavam regularmente envolvidos na vida dos filhos.

«...aos 15 anos começam a conhecer-se, a ter conversas básicas, sem se envolverem, mas agora têm pressa, sem conhecerem a pessoa... mas é este sexo em que se envolvem tão rapidamente que é o problema.» – Professora do ensino secundário, Água-Grande.

A maioria dos inquiridos indicou que as raparigas tendiam a começar a namorar numa idade muito mais precoce do que os rapazes, apesar de se considerar geralmente que elas tinham mais a temer ou a perder ao envolverem-se sexualmente devido ao risco de gravidez. A iniciação sexual mais precoce das raparigas foi percebida como estando associada ao facto de as raparigas se desenvolverem mais cedo do que os rapazes, serem assediadas por rapazes e homens mais velhos nas suas comunidades para se tornarem sexualmente ativas, ou se envolverem em relações sexuais com homens significativamente mais velhos para obterem dinheiro ou outros bens materiais. Os participantes sugeriram que este fenómeno de raparigas

jovens namorarem com homens mais velhos era, por vezes, encorajado pelos pais das raparigas como forma de os pais ou a família ganharem dinheiro extra.

«...as raparigas dessa idade [adolescência] têm tendência para se envolver com pessoas mais velhas, porque o assédio nem sempre vem dos professores, vem da comunidade, por vezes vem de dentro de casa, de padrastos, pais, vizinhos, pessoas mais velhas, homens que têm dinheiro, aqueles que as seduzem, por isso são mais as raparigas.» – Professora do ensino secundário, RAP.

Muitos professores, em particular professoras do ensino secundário, referiram que as raparigas mais jovens mantinham relações sexuais com homens mais velhos, incluindo professores. Considerava-se que, na maioria dos casos, a iniciativa partia dos homens; no entanto, por vezes, considerava-se que as raparigas tinham dado o primeiro passo por desejo de bens materiais ou dinheiro, e por vezes pensava-se que os professores eram tratados injustamente e que as raparigas os estavam a seduzir ou a dar-lhes falsas esperanças nessas situações.

«Quem pressiona [os adolescentes a ter relações sexuais]? As raparigas são normalmente pressionadas... mas também há casos em que as raparigas enviam mensagens, ligam, dizem que sou atraente, até enviam mensagens de assédio. Isso também acontece.» – Professora do ensino secundário, RAP.

Havia sentimentos contraditórios entre os participantes quanto às normas comunitárias em torno das raparigas que engravidavam durante a escola. Enquanto muitos pareciam acreditar que as raparigas grávidas deviam continuar na escola normalmente e ter acesso igual à educação que as suas colegas não grávidas, alguns achavam que estas raparigas podiam ser uma má influência para outras alunas, que seriam uma distração, ou que não lhes era possível terminar a sua educação no estado em que se encontravam e que provavelmente iriam abandonar a escola de qualquer forma.

«Acho que uma rapariga pode ir à escola depois de engravidar, mas não tem de ser no meio de outras raparigas que ainda não estão grávidas. Para não encorajar [outras raparigas a engravidar], acho que [as raparigas deviam...]» – Professora do ensino básico, Agua-Grande.

De forma esmagadora, os inquiridos indicaram que não achavam que houvesse diferença no acesso à educação ou a atividades extracurriculares (como desporto) entre rapazes e raparigas, e que não era um desperdício educar raparigas que iam apenas casar e ter filhos. Se há algo a destacar, os inquiridos pareciam acreditar que as meninas eram melhores alunas do

que os meninos, e que os meninos estavam mais focados em ganhar a vida e fazer dinheiro do que na escola, o que os levava a ficar para trás das meninas no desempenho.

Quase por unanimidade, os inquiridos indicaram que não existiam políticas específicas de igualdade de gênero nas suas escolas (e, caso essas políticas existissem, os professores não tinham conhecimento delas). Vários inquiridos desconheciam completamente o conceito de políticas de igualdade de gênero. O mesmo se verificava em relação à educação equitativa em termos de gênero para os alunos – a maioria dos inquiridos não acreditava que existisse qualquer currículo ou programa destinado a promover a equidade de gênero. Se existissem programas de sensibilização para as questões de gênero nas escolas, estes não eram padronizados nem estruturados.

3.10 Percepções da comunidade sobre a violência

As perspectivas da polícia, dos diretores e dos professores fornecem informações contextuais sobre as comunidades onde a violência ocorre. As informações provêm de entrevistas qualitativas com informadores-chave.

Práticas e normas disciplinares violentas

De um modo geral, os agentes da polícia pareciam saber e compreender que a disciplina violenta era inaceitável, mas normalizada nas comunidades que serviam. Era do conhecimento geral que a disciplina violenta, embora pessoalmente mal vista, continuava a ser muito normalizada e aceita e, por isso, frequentemente praticada nas suas comunidades de jurisdição. Parecia que, embora a disciplina violenta fosse considerada uma coisa do passado, era bastante prevalente.

Quase todos os agentes da polícia entrevistados pareciam acreditar pessoalmente que a disciplina violenta das crianças era errada, tanto emocional como fisicamente, e que, mesmo que não houvesse cortes ou hematomas resultantes de violência física, continuava a ser considerada violência. Indicaram que conversar sobre um problema era melhor do que bater ou gritar, e que educar uma criança sobre o que fez de errado era mais eficaz do que a disciplina física. No entanto, indicaram também que as normas e práticas da comunidade eram tais que a disciplina violenta era amplamente praticada. Havia também um entendimento de que a disciplina violenta estava profundamente enraizada e que os cuidadores tinham o direito de disciplinar os seus filhos como achassem adequado, e que não era considerada violência mesmo que ficasse uma marca física na criança. A maioria dos agentes da polícia parecia compreender os benefícios da disciplina não violenta e tentava transmitir isso aos cuidadores com quem interagem,

especialmente quando confrontados com um cuidador que ainda praticava disciplina violenta de forma excessiva. Também parecia ser utilizada como uma forma de educar as crianças, de recuperar o controlo sobre elas.

«Quando eles [os pais] vêem um pouco de excesso no comportamento das crianças... [as crianças] comportam-se mal. Talvez eles [os pais] a utilizem [a violência] como forma de educar.» – *Agente da polícia, Lemba.*

Violência contra as crianças: dimensão do problema nas comunidades

Os inquiridos, quer fossem diretores escolares, professores ou agentes da polícia, consideravam de forma esmagadora que a violência era um problema nas comunidades que serviam.

«[...] descobrimos um caso de abuso na semana passada, a menina estuda aqui de manhã [...] A minha prima [uma aluna da escola] veio falar comigo sobre o pai dela dormir com ela, mas ela arranjou um namorado e o pai bateu-lhe. Eu estava a tremer, levei-a para o gabinete do diretor e sentei-a numa cadeira, o meu colega e eu conversámos com ela, conseguimos descobrir o nome da menina na turma, ela confessou. Ela disse que o pai a abusava desde que era criança e que a mãe sabia, e que a mãe não fazia nada porque, se ela se queixasse, o prendiam automaticamente; somos seis [eles, as crianças], quem nos vai alimentar? A mãe até voltou e bateu-lhe, [...]. Em suma, estas são as situações.» – *Professora do ensino secundário, Água-Grande.*

Alguns agentes da polícia e professores referiram-se a casos de negligência e abandono infantil nas comunidades. Considerava-se que tanto a negligência como o abandono colocavam as crianças em risco de outras formas de violência, incluindo o abuso sexual. O álcool e a vingança por infidelidade foram apontados como fatores desencadeantes da negligência e do abandono infantil.

Os agentes da polícia entendiam que o abuso sexual infantil era omnipresente. Era mais frequentemente perpetrado contra meninas jovens ou adolescentes e os autores podiam ser membros da família (padrastos e tios es eram os mais frequentemente indicados), outros adolescentes (embora estes fossem raramente reconhecidos ou denunciados) e homens mais velhos (estas eram relações complexas, muitas vezes de natureza transacional). Os agentes da polícia indicaram que conseguiam identificar uma criança que estava a ser abusada pelo seu comportamento e/ou por lesões corporais ou marcas físicas de abuso. As consequências negativas que os inquiridos atribuíram ao abuso sexual infantil incluíam gravidezes indesejadas, trauma, ideias suicidas e crianças que fugiam de casa.

No que diz respeito à exploração sexual, uma vez que o sexo transacional era normalizado, os agentes da polícia compreendiam que estes casos também não eram frequentemente denunciados e, como muitas destas relações eram consideradas consensuais, não era claro se denunciá-las seria de todo eficaz. Até os próprios agentes da polícia estavam inseguros quanto à sua capacidade de denunciar ou proteger nestas situações.

«Não tenho muito a dizer sobre *os papoites*... porque... disseram-me que... as raparigas mais novas que têm telemóveis grandes [têm] *papoites* que lhos deram. E nós [a polícia] não devemos interferir nisso.» – *Agente da polícia, RAP.*

Denunciar violência e abuso

Denúncias de violência física, incluindo castigos físicos

Embora os agentes da polícia tenham sugerido que os casos de denúncia de castigos físicos à polícia estavam a aumentar, estes continuavam a ser raros. A polícia atribuiu o aumento das denúncias aos seus esforços para promover a sensibilização para os castigos violentos. Tal como acontece com a violência física contra crianças, quem denunciava esta violência eram frequentemente terceiros testemunhas do abuso, tais como vizinhos, profissionais de saúde e professores/administradores escolares.

«Porque se estiveres a dar uma *palmada*, um pequeno *chicotezinho*, o vizinho ou a comunidade não reage. Mas se reparares que o pai está a exagerar [...]. Sim, há intervenção porque há polícia local. Chamam as autoridades para tomarem as medidas necessárias.» – *Professor do ensino secundário, RAP.*

Denúncia de violência e abuso sexual

Menos propensos a serem denunciados eram os casos de incesto, violência perpetrada por pessoas em posições de poder e violência sexual entre pares entre adolescentes, mas, mais uma vez, não ficou claro se os inquiridos acreditavam que estas coisas não estavam a acontecer nas suas comunidades, ou se, na verdade, estavam a acontecer, mas simplesmente não estavam a ser denunciadas.

Os agentes da polícia indicaram várias barreiras percebidas à denúncia, muitas das quais eram subtis e motivadas pela proteção tanto da vítima como do agressor. O medo, as ameaças e a intimidação foram as razões mais frequentemente citadas pelas famílias para não denunciarem casos de abuso sexual dos seus filhos. Acreditava-se amplamente que as famílias pensavam estar a proteger os seus filhos ao não denunciarem. Poucos professores

consideravam que a idade da criança influenciava a denúncia e que os casos de abuso sexual envolvendo uma criança pequena eram mais suscetíveis de chegar às autoridades. Outra razão crucial para a não denúncia era que as famílias dos agressores queriam proteger os seus filhos ou parceiros da prisão, nomeadamente porque eram o sustento da família, e havia um certo nível de estigma e vergonha em torno das famílias das vítimas, segundo os agentes da polícia. Alguns professores sublinharam isto, afirmando que algumas mães, por causa da pobreza ou do desespero, protegiam os seus maridos ou parceiros nestes casos, mesmo que o abuso envolvesse as suas próprias filhas.

«Mas devido à vulnerabilidade e a questões financeiras, muitas vezes as vítimas, ou seja, a mãe da vítima, tentam proteger o agressor, porque dizem: quem vai sustentar-me? Acho que a pobreza também está envolvida nisto.» – *Professora do ensino secundário, RAP.*

Apoiar a vítima

Discutir um caso de abuso com os pais era difícil porque estes muitas vezes reagiam de forma violenta. Os agentes da polícia afirmaram que também era um desafio fazer com que os pais compreendessem a gravidade do abuso, ou que acreditassem que isso tinha acontecido à sua filha.

«Temos de convidar os pais e a criança, ambas as partes, eles têm de se juntar à criança... se os convidarmos para cá, têm de prometer que farão o seu melhor para garantir que isto não volte a acontecer e que não volte a surgir, porque já sabem que vamos levar o caso a um tribunal superior... enviaremos um relatório ao Ministério Público... e, dependendo de se tratar de algo recorrente, eles perdem credibilidade e a criança... portanto, estas são questões que deixamos sempre para os pais que têm falhado em proteger os seus filhos e os maltratam constantemente com palavras e ações.» – *Agente da polícia, RAP.*

Ao lidar com casos de abuso sexual, após terem falado com a vítima e, possivelmente, com os pais, a maioria dos agentes de polícia envolveria os seus superiores (por exemplo, o Comando Distrital), o departamento policial adequado (por exemplo, o Gabinete de Violência Doméstica) e/ou o Ministério Público, para que os casos pudessem ser encaminhados para os tribunais. Os agentes de polícia referiram também encaminhar as vítimas de abuso sexual para serviços de aconselhamento ou psicológicos. Alguns agentes de polícia referiram a necessidade de retirar temporariamente a criança do seu lar, em colaboração com os serviços sociais, para garantir a sua proteção imediata, caso o abuso sexual estivesse a ocorrer no seu lar (o que, na prática, significava colocar a criança em acolhimento institucional). Outros agentes de polícia não viam

qualquer possibilidade de retirar as crianças de lares violentos, uma vez que não existiam serviços desse tipo.

4. Conclusões e Recomendações

A disciplina infantil violenta foi percebida como sendo generalizada em São Tomé e Príncipe e geralmente apoiada por normas dentro da comunidade, incluindo entre cuidadores, familiares e professores. A violência contra as crianças é um desafio estrutural de desenvolvimento, com implicações para o desenvolvimento do capital humano, os resultados educacionais, o bem-estar a longo prazo e o ciclo intergeracional de violência em São Tomé e Príncipe. Além disso, a violência é impulsionada por pressões e influências interligadas, incluindo normas sociais, bem como a insegurança económica, o stress dos cuidadores e o consumo de álcool por parte destes, entre outros fatores. Estas influências variadas sublinham a necessidade de esforços multissetoriais para a prevenção e resposta à violência, incluindo nos setores da proteção social, proteção infantil, saúde, justiça e educação.

A disciplina infantil violenta era aplicada tanto por razões instrumentais como reativas. Por exemplo, a violência com fins instrumentais era perpetrada com base na crença de que «ensinava» as crianças a comportarem-se como desejado. De notar que este raciocínio se estendia também à perpetração de violência por parte dos homens contra as suas parceiras íntimas, sendo amplamente percebido como seu papel «ensinar» as mulheres a comportarem-se. Reconheceu-se que a violência perpetrada contra crianças e mulheres excedia frequentemente os limites «aceitáveis» de algumas palmadas ou chicotadas. Ao mesmo tempo, grande parte da violência descrita era de natureza reativa, em que os cuidadores se encontravam sob stress ou sob a influência do álcool e recorriam à violência nesses estados. Os fatores de stress relatados incluíam a pobreza e a instabilidade financeira, estruturas familiares instáveis, falta de tempo para uma parentalidade de qualidade e a própria experiência de violência por parte do parceiro íntimo por parte das cuidadoras.

Houve um claro reconhecimento de que a violência, incluindo a disciplina violenta e a violência por parte do parceiro íntimo, é intergeracional. Ao observarem o uso da violência por parte dos homens contra as mulheres e a violência dos cuidadores contra as crianças, os rapazes aprendem a aceitar e a recorrer à violência, outro mecanismo que foi claramente observado. Os resultados sublinham como a violência se perpetua ao longo das gerações, à medida que as crianças testemunham e, subsequentemente, interiorizam a violência como uma ferramenta para a resolução de conflitos. Por sua vez, podem perpetrar violência contra os seus pares, bem como contra os seus próprios filhos e parceiros na idade adulta.

Grupos de discussão com adolescentes sugeriram que a maioria dos participantes, tanto rapazes como raparigas, apoiava mitos sobre a violação que culpavam a rapariga por casos de violência

sexual. Os mitos sobre a violação estão frequentemente profundamente enraizados num sistema de crenças culturais e contribuem para normas patriarcais dentro dessa cultura que inibem a igualdade de género e promovem tanto a violência sexual aberta (por exemplo, violação, agressão sexual e desumanização de mulheres e pessoas não conformes com o género) como a violência sexual dissimulada (por exemplo, falta de consentimento e de tomada de decisão autónoma relativamente ao envolvimento sexual entre indivíduos, tipicamente influenciada por drogas ou álcool) (. Estas crenças sugerem a prevalência de normas na comunidade que responsabilizam as mulheres pela sexualidade dos homens e dificultam a responsabilização dos agressores pelos seus atos ilícitos (Wood, Glass e Decker 2021) .

Os participantes em entrevistas qualitativas relataram que a violência sexual era prevalente (em contraste com os resultados quantitativos), sendo as raparigas afetadas de forma desproporcional. Em muitos casos, particularmente aqueles que envolviam avanços de professores ou relações com grande diferença de idade (em que os homens eram mais velhos do que as meninas), as meninas eram culpadas quando ocorriam violência e exploração sexuais. Os casos de abuso sexual infantil de meninas pequenas pareciam responsabilizar mais o agressor, enquanto as adolescentes eram frequentemente culpadas pelo abuso e, portanto, não protegidas pelos mesmos padrões que uma criança pequena.

As evidências sugerem um conjunto de normas de género extremamente enraizadas nas comunidades estudadas, normas que apoiam a culpabilização da vítima, particularmente em casos de violência sexual, e que sustentam e reforçam dinâmicas de poder desiguais que privilegiam homens e rapazes e colocam mulheres e meninas em desvantagem (Cislaghi e Heise 2020) . Estas normas de género prejudiciais e a normalização e aceitação generalizadas da violência nas comunidades estudadas deixam as adolescentes vulneráveis não só a um risco acrescido de violência sexual, mas também a todas as comorbidades que acompanham essa violência: gravidez indesejada, contração de infeções sexualmente transmissíveis, risco acrescido de violência por parte do parceiro íntimo e falta de autonomia e poder de decisão no seio de relações violentas (González e Rodríguez-Planas 2020; Lokot et al. 2021) . Assim, os mecanismos de prevenção devem abordar tanto a influência normativa desta violência — algo que muitas adolescentes (em particular as raparigas) reconheciam como um ciclo geracional e que acreditavam poder parar com elas, caso optassem por se comportar de forma diferente e ensinassem os seus filhos a comportar-se de forma diferente — como a própria violência. Além disso, ao longo de entrevistas qualitativas e discussões em grupos focais, a fronteira entre relações sexuais transacionais, relações sexuais com grande diferença de idade, exploração sexual e violação de menores era mal compreendida, assim como o abuso e a exploração. A

pobreza, as normas de género e as diferenças de poder que podem colocar as adolescentes em risco de abuso e exploração não eram reconhecidas, e as raparigas eram frequentemente culpadas por serem vitimadas.

Embora os informadores-chave nas escolas (professores e diretores) entendessem que atos graves de violência para punir alunos eram inaceitáveis e pertenciam ao passado, os professores frequentemente sentiam-se perdidos quanto à forma de gerir o comportamento dos alunos sem recorrer à violência e relataram que não tinham recebido formação adequada nem estavam equipados com ferramentas suficientes para gerir o comportamento dos alunos sem violência. Além disso, vários professores reconheceram que a violência, incluindo o chicote ou a palmatoria, ainda era comum nas escolas, especialmente nas escolas primárias. Os professores estavam ansiosos por novas oportunidades de aprendizagem e queriam formação para além da didática do ensino, a fim de criar um ambiente de aprendizagem mais seguro tanto para os alunos como para si próprios.

As intervenções para prevenir e responder ao abuso e à exploração sexuais requerem coordenação entre as partes interessadas e os setores. Com base nas conclusões, as recomendações que se seguem sugerem áreas em que a programação pode reduzir o risco de violência contra as crianças em São Tomé e Príncipe. As recomendações são apresentadas em consonância com as Sete Estratégias da INSPIRE para Acabar com a Violência contra as Crianças⁵.

Abordagens relevantes da INSPIRE	Recomendações específicas para São Tomé e Príncipe	Setores
<ul style="list-style-type: none"> • Leis que proíbem o castigo violento de crianças por pais, professores ou outros cuidadores • Leis que criminalizam o abuso e a 	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar as leis que proíbem o castigo violento de crianças por parte de professores • Fazer cumprir as leis que criminalizam o abuso e a exploração sexual de crianças, incluindo relações sexuais com grande diferença de idade e a idade de consentimento • Defender o aumento da dotação orçamental em todos os setores para abordar as questões relacionadas com a proteção infantil. 	Justiça, Educação, Ministério Público

⁵ O INSPIRE é um recurso baseado em evidências para a prevenção e resposta à violência contra crianças e adolescentes. As recomendações aplicam-se a um vasto leque de intervenientes, incluindo o governo, as organizações de base, a sociedade civil e o setor privado. As estratégias refletem as melhores evidências disponíveis para ajudar os países e as comunidades a concentrarem-se em programas e serviços de prevenção com o maior potencial para reduzir a violência contra as crianças.

<p>exploração sexual de crianças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Leis que previnem o abuso de álcool 	<ul style="list-style-type: none"> • Adotar uma postura de tolerância zero em relação aos autores de violência contra crianças, a fim de aumentar a confiança no sistema jurídico. • Elaborar uma política nacional de educação sobre a proteção das crianças em contextos educativos, acompanhada de formação obrigatória antes e durante o exercício das funções sobre proteção infantil e a prevenção e resposta à violência. • Reforçar e implementar códigos de conduta para o pessoal educativo. 	
<ul style="list-style-type: none"> • Mudar a adesão a normas de gênero e sociais restritivas e prejudiciais em matéria de gênero e sociais • Programas de mobilização comunitária • Intervenções de testemunhas 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar campanhas de sensibilização da comunidade e intervenções de comunicação para a mudança social e comportamental (SBCC) para informar os membros da comunidade e os cuidadores sobre as consequências negativas da disciplina infantil violenta e instruí-los sobre métodos alternativos de disciplina. • Mobilizar as comunidades para adotarem uma abordagem de tolerância zero em relação ao castigo corporal e outras formas de violência contra as crianças; capacitar os membros da comunidade para se manifestarem contra a violência contra as crianças. • Implementar intervenções de SBCC para mudar normas de gênero prejudiciais, incluindo junto de homens e rapazes adolescentes. • Implementar intervenções de testemunhas, que informem e capacitem os indivíduos para intervir com segurança quando testemunharem abusos, exploração e assédio. • Mobilizar líderes religiosos para se manifestarem contra a violência, o castigo corporal e outras formas de violência contra as crianças. 	<p>Saúde, Educação, Bem-estar Social</p>

Abordagens relevantes do INSPIRE	Recomendações específicas para São Tomé e Príncipe	Setores
<ul style="list-style-type: none"> • Interromper a propagação da violência • Melhorar o ambiente construído • Reduzir a violência através da abordagem «pontos críticos» 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar as infraestruturas, tais como pontos de abastecimento de água e instalações sanitárias, incluindo nas escolas, para reduzir os riscos de assédio e abuso sexual. • Melhorar o ambiente construído para reforçar o sentimento de pertença, incentivar comportamentos pró-sociais e reduzir a violência. Exemplos incluem a construção de parques, a manutenção de espaços verdes, iluminação pública, a renovação de edifícios abandonados e a facilitação de transportes seguros e acessíveis para as crianças (para a escola, etc.). • Sensibilizar e formar o pessoal do setor hoteleiro para reconhecer e denunciar a exploração sexual e o tráfico. Criar espaços recreativos seguros para os adolescentes se reunirem e socializarem. • Dotá-los de competências e conhecimentos para manter as crianças seguras online e conduzir conversas sobre os riscos e danos potenciais das tecnologias digitais. • Formar os meios de comunicação sobre os princípios de «não causar danos» na cobertura de casos de violência contra mulheres e crianças. 	Interior, Planeamento
<ul style="list-style-type: none"> • Prestado através de visitas domiciliárias • Realizado em grupos em contextos comunitários • Ministradas através de programas abrangentes programas 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar intervenções de SBCC para promover estratégias parentais positivas, relações saudáveis (dentro e fora das famílias) e métodos não violentos de resolução de conflitos e de diálogo entre casais. • Desenvolver e implementar intervenções, ações de sensibilização e apoio para consciencializar os cuidadores sobre o impacto da violência contra as crianças e aumentar o seu conhecimento e utilização de formas não violentas de disciplina infantil. • Expandir as intervenções parentais, incluindo as associadas a programas de transferência de rendimentos, e garantir um 	Assistência Social, Saúde, Educação

	<p>enfoque integral na parentalidade positiva e na qualidade da comunicação e das relações entre pais e filhos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementar intervenções para apoiar (e reduzir o estigma contra) as mães adolescentes. • Reforçar e aumentar as capacidades de gestão de casos de proteção infantil entre os profissionais de assistência social, para identificar famílias em risco de violência e encaminhá-las para os serviços. • Sensibilizar para os efeitos nocivos do álcool e para a forma como este pode agravar o risco de violência contra crianças d, incluindo a perpetrada pelos pais e cuidadores, mas também pelos adolescentes. 	
<ul style="list-style-type: none"> • Transferências monetárias • Poupanças e empréstimos em grupo combinados com formação em igualdade de género 	<ul style="list-style-type: none"> • Expandir os programas de transferência de rendimentos, que comprovadamente reduzem tanto a violência contra crianças como a violência entre parceiros íntimos através de vias como o combate à pobreza, a redução do stress e o empoderamento das mulheres. Designar as mulheres como beneficiárias das transferências de rendimentos. • Implementar programas «dinheiro mais», que combinam transferências monetárias com programas complementares e ligações a serviços. Exemplos de programas complementares são formações ou intervenções de comunicação social e comportamental (SBCC) sobre igualdade de género e diálogo familiar, ou formações sobre parentalidade positiva, enquanto as ligações a serviços podem incluir gestão de casos de proteção infantil, isenção de taxas de inscrição em seguros de saúde, etc. Os componentes complementares também podem visar adolescentes em famílias beneficiárias e, por exemplo, incluir formações ou intervenções SBCC sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos. 	<p>Assistência Social, Finanças, Trabalho</p>

Abordagens relevantes do INSPIRE	Recomendações específicas para São Tomé e Príncipe	Setores
<ul style="list-style-type: none"> • Aconselhamento e abordagens terapêuticas • Rastreo combinado com intervenções • Programas de tratamento para menores infratores no sistema de justiça penal • Intervenções de acolhimento familiar envolvendo serviços de assistência social 	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar a garantir a aplicação das diretrizes e procedimentos interministeriais sobre a resposta a casos de violência contra crianças, para assegurar que todos os intervenientes relevantes na proteção infantil os conheçam e os sigam. • Sensibilizar (através dos meios de comunicação social, escolas, etc.) para capacitar as crianças e as famílias a denunciarem de forma segura incidentes de violência e abuso, seguindo os princípios de «não causar danos». Assegurar que as crianças compreendem os seus direitos à proteção. Estabelecer sistemas de denúncia confidenciais nas escolas para capacitar as crianças a denunciarem incidentes de violência. • Reforçar as linhas de apoio existentes que respondem à violência contra crianças e garantir a coordenação entre elas, bem como assegurar que as crianças e os cuidadores saibam como contactá-las. • Reforçar as capacidades e sensibilizar as pessoas que trabalham diretamente com crianças para identificar, responder, denunciar e encaminhar casos de violência e abuso contra crianças. Assegurar que sejam orientadas pelo princípio de «não causar danos». • Estabelecer e implementar um currículo estruturado de formação inicial e contínua sobre gestão da sala de aula e disciplina positiva e garantir a sua integração na formação didática e pedagógica de rotina dos professores. • Estabelecer formação obrigatória pré-serviço e em serviço sobre proteção infantil e a prevenção e resposta à violência para o pessoal educativo. Estabelecer conselheiros escolares ou pontos focais de proteção infantil em todos os distritos e garantir formação especializada para o cargo. • Investir em práticas policiais e tribunais adaptados às crianças. 	<p>Saúde, Justiça, Assistência Social, Ministério Público, Interior</p>

	<ul style="list-style-type: none"> •Alargar a cobertura de serviços de aconselhamento e/ou psicológicos acessíveis. •Investir em intervenções de acolhimento familiar para garantir que as crianças que precisam de ser (temporariamente) retiradas de lares violentos não acabem em instituições ou de volta a casa. 	
Abordagens relevantes do INSPIRE	Recomendações específicas para São Tomé e Príncipe	Setores
<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a matrícula nas escolas pré-escolares, primárias e secundárias • Criar um ambiente escolar seguro e propício • Melhorar os conhecimentos das crianças sobre o abuso sexual e sobre como se protegerem contra ele • Formação em competências para a vida e sociais • Programas de prevenção da violência por parceiros íntimos entre adolescentes 	<ul style="list-style-type: none"> •Implementar programas de prevenção primária para reduzir a violência nas escolas. •Implementar intervenções a nível escolar que combinem a Comunicação Social para a Mudança de Comportamentos (SBCC) para a mudança de normas, apoio económico (por exemplo, transferências de dinheiro para as famílias), clubes de espaços seguros, prevenção da violência para professores e envolvimento dos cuidadores. •Implementar educação sexual abrangente, combinada com acesso a informações e serviços de saúde sexual e reprodutiva inclusivos e adaptados aos adolescentes. •Adaptar e implementar intervenções para adolescentes com o objetivo de reforçar competências para a vida, competências financeiras e atitudes equitativas em matéria de género, tais como o programa Girls in Action (GAIA), apoiado pela UNICEF 	Educação, Saúde

5. Agradecimentos

Este breve relatório baseia-se no seguinte estudo, com financiamento concedido pela UNICEF:

Policy Research Solutions, Instituto Nacional de Estatística e UNICEF. (2026). Violência contra as crianças em São Tomé e Príncipe: Conhecimentos, atitudes e práticas. UNICEF e Policy Research Solutions: Agua Grande e Buffalo.

Citação sugerida: Policy Research Solutions, Instituto Nacional de Estatística e UNICEF. (2026). Violência contra as crianças em São Tomé e Príncipe: Conhecimento, atitudes e práticas: Um relatório breve. UNICEF e Policy Research Solutions: Agua Grande e Buffalo.

6. Referências

- Abramsky, Tanya, Charlotte H Watts, Claudia Garcia-Moreno, Karen Devries, Ligia Kiss, Mary Ellsberg, Henrica AFM Jansen e Lori Heise. 2011. «Que fatores estão associados à violência recente por parceiros íntimos? Conclusões do estudo multinacional da OMS sobre a saúde das mulheres e a violência doméstica.» *BMC Public Health* 11 (1):109.
- Aronowitz, Teri, Cheryl Ann Lambert e Sara Davidoff. 2012. «O papel da aceitação dos mitos sobre a violação nas normas sociais relativas ao comportamento sexual entre estudantes universitários.» *Journal of community health nursing* 29 (3):173-182.
- Chiang, Laura F, Jieru Chen, Matthew R Gladden, James A Mercy, Gideon Kwesigabo, Fatma Mrisho, Linda L Dahlberg, Myo Zin Nyunt, Kate A Brookmeyer e Kevin Vagi. 2015. «VIH e violência sexual infantil: implicações para comportamentos de risco sexual e testes de VIH na Tanzânia.» *AIDS Education and Prevention* 27 (5):474-487.
- Cislaghi, Beniamino e Lori Heise. 2020. «Normas de género e normas sociais: diferenças, semelhanças e por que são importantes na ciência da prevenção.» *Sociologia da saúde e da doença* 42 (2):407-422.
- Devries, Karen, Louise Knight, Max Petzold, Katherine G Merrill, Lauren Maxwell, Abigail Williams, Claudia Cappa, Ko Ling Chan, Claudia Garcia-Moreno e NaTasha Hollis. 2018. «Quem perpetra violência contra crianças? Uma análise sistemática de dados específicos por idade e sexo.» *BMJ paediatrics open* 2 (1):e000180.
- Ellsberg, M, H A F M Jansen, L Heise, C Watts e C Garcia-Moreno. 2008. «Violência por parceiro íntimo e saúde física e mental das mulheres no estudo multinacional da OMS sobre saúde feminina e violência doméstica: um estudo observacional.» *Lancet* 371 (9619):1165-72.
- González, Libertad e Núria Rodríguez-Planas. 2020. «Normas de género e violência por parceiro íntimo.» *Journal of Economic Behavior & Organization* 178:223-248.
- Guedes, Alessandra, Sarah Bott, Claudia Garcia-Moreno e Manuela Colombini. 2016. «Colmatar as lacunas: uma revisão global das interseções entre a violência contra as mulheres e a violência contra as crianças.» *Global health action* 9 (1):31516.
- Heise, Lori, Margaret E Greene, Neisha Opper, Maria Stavropoulou, Caroline Harper, Marcos Nascimento, Debrework Zewdie, Gary L Darmstadt, Margaret Eleanor Greene e Sarah Hawkes. 2019. «Desigualdade de género e normas de género restritivas: enquadrar os desafios para a saúde.» *The Lancet* 393 (10189):2440-2454.
- Hillis, Susan D, James A Mercy e Janet R Saul. 2017. «O impacto duradouro da violência contra as crianças.» *Psychology, Health & Medicine* 22 (4):393-405.
- Hillis, Susan, James Mercy, Adaugo Amobi e Howard Kress. 2016. «Prevalência global da violência contra crianças no último ano: uma revisão sistemática e estimativas mínimas.» *Pediatrics* 137 (3):e20154079.
- Kågesten, Anna, Susannah Gibbs, Robert Wm Blum, Caroline Moreau, Venkatraman Chandra-Mouli, Ann Herbert e Avni Amin. 2016. «Compreender os fatores que moldam as atitudes de género no início da adolescência a nível global: uma revisão sistemática de métodos mistos.» *PloS one* 11 (6):1-36.
- Lokot, Michelle, Munshi Sulaiman, Amiya Bhatia, Nour Horanieh e Beniamino Cislaghi. 2021. «Conceitualização da “agência” no casamento infantil: implicações para a investigação e a prática.» *Child Abuse & Neglect* 117:1-8. doi: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105086>.
- Lonsway, Kimberly A, e Louise F Fitzgerald. 1995. «Antecedentes atitudinais da aceitação do mito da violação: uma reavaliação teórica e empírica.» *Journal of personality and social psychology* 68 (4):704-711. doi: <https://doi.org/10.1037/0022-3514.68.4.704>.

- Perrin, Nancy, Mendy Marsh, Amber Clough, Amelie Desgropes, Clement Yope Phaniel, Ali Abdi, Francesco Kaburu, Silje Heitmann, Masumi Yamashina e Brendan Ross. 2019. «Escala de normas sociais e crenças sobre a violência de gênero: uma medida para utilização em programas de prevenção da violência de gênero em contextos de escassez de recursos e humanitários.» *Conflito e saúde* 13 (1):6.
- Peterman, Amber. 2026. «Edutainment para prevenir a violência contra mulheres e crianças.» *The World Bank Research Observer* 41 (1):78-117.
- Pulerwitz, Julie, Robert Blum, Beniamino Cislighi, Elizabeth Costenbader, Caroline Harper, Lori Heise, Anjalee Kohli e Rebecka Lundgren. 2019. «Proposta de um quadro conceptual para abordar as normas sociais d*Journal of Adolescent Health* 64 (4):S7-S9.
- Wood, Shannon N, Nancy Glass e Michele R Decker. 2021. «Uma revisão integrativa das estratégias de segurança para mulheres vítimas de violência por parceiros íntimos em países de rendimento baixo e médio.» *Trauma, Violence, & Abuse* 22 (1):68-82.

Anexo 1. Definições orientadoras

O estudo foi orientado pelas seguintes definições de violência:

Maltrato infantil. O abuso e a negligência de crianças menores de 18 anos. Inclui todas as formas de maus-tratos físicos e/ou emocionais, abuso sexual, negligência, descuido e exploração comercial ou de outra natureza, que resultem em danos reais ou potenciais à saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder.

Disciplina violenta. Métodos de violência psicológica e física utilizados para punir comportamentos indesejados e incentivar os desejados.

Disciplina física. Uma ação destinada a causar dor física ou desconforto, mas não lesões. A punição física é definida como abanar a criança, bater-lhe ou dar-lhe uma palmada na mão/braço/perna, bater-lhe no rabo ou noutra parte do corpo com um objeto duro, dar-lhe palmadas ou bater-lhe no rabo com a mão nua, bater-lhe ou dar-lhe uma palmada na cara, cabeça ou orelhas, e espancá-la repetidamente com toda a força possível.

Agressão psicológica. A ação de gritar, berrar ou berrar com uma criança, bem como chamar-lhe nomes ofensivos, tais como «burra» ou «preguiçosa».

Violência sexual. Inclui contacto sexual consumado ou tentado sem consentimento; atos de natureza sexual sem consentimento que não envolvam contacto (tais como voyeurismo ou assédio sexual); atos de tráfico sexual cometidos contra alguém incapaz de dar consentimento ou recusar; e exploração sexual online.

Tentativa de sexo indesejado. Tentativas de sexo fisicamente forçado ou sob pressão que não tiveram sucesso.

Relações sexuais forçadas fisicamente. Uso de força física em relações sexuais não consentidas.

Relações sexuais sob pressão. Recurso a assédio ou ameaças em relações sexuais não consentidas.

Exploração sexual. Abuso efetivo ou tentativa de abuso de uma posição de vulnerabilidade, poder ou confiança, para fins sexuais, incluindo, mas não se limitando a, obter lucro.

Assédio sexual. Comentários sexuais indesejados e inadequados ou avanços físicos, incluindo online.

Sexo transacional. Relações sexuais não matrimoniais e não comerciais, motivadas pela suposição implícita de que o sexo será trocado por apoio ou benefícios materiais.

Violência por parceiro íntimo. Envolve violência emocional, física, sexual e económica por parte de um parceiro íntimo ou ex-parceiro. Embora os homens também possam ser vítimas, a violência por parceiro íntimo afeta desproporcionalmente as mulheres. Ocorre frequentemente contra raparigas no âmbito de casamentos infantis e precoces/forçados. Entre adolescentes envolvidos romanticamente, mas não casados, é por vezes designada por «violência no namoro».

Violência física. Qualquer tipo de força física ou controlo sobre outra pessoa, como socos, golpes, pontapés, empurrões, queimaduras ou estrangulamento

Violência emocional. Qualquer comunicação verbal ou não verbal feita com a intenção de prejudicar ou exercer controlo sobre outra pessoa, como manipulação psicológica, manipulação, gritos ou menosprezo.

Anexo 2. Quadros conceituais

O estudo baseou-se nos quadros conceituais descritos nas Figuras 7 e 8 para o risco de disciplina violenta e o risco de violência por parte dos adolescentes, respetivamente.

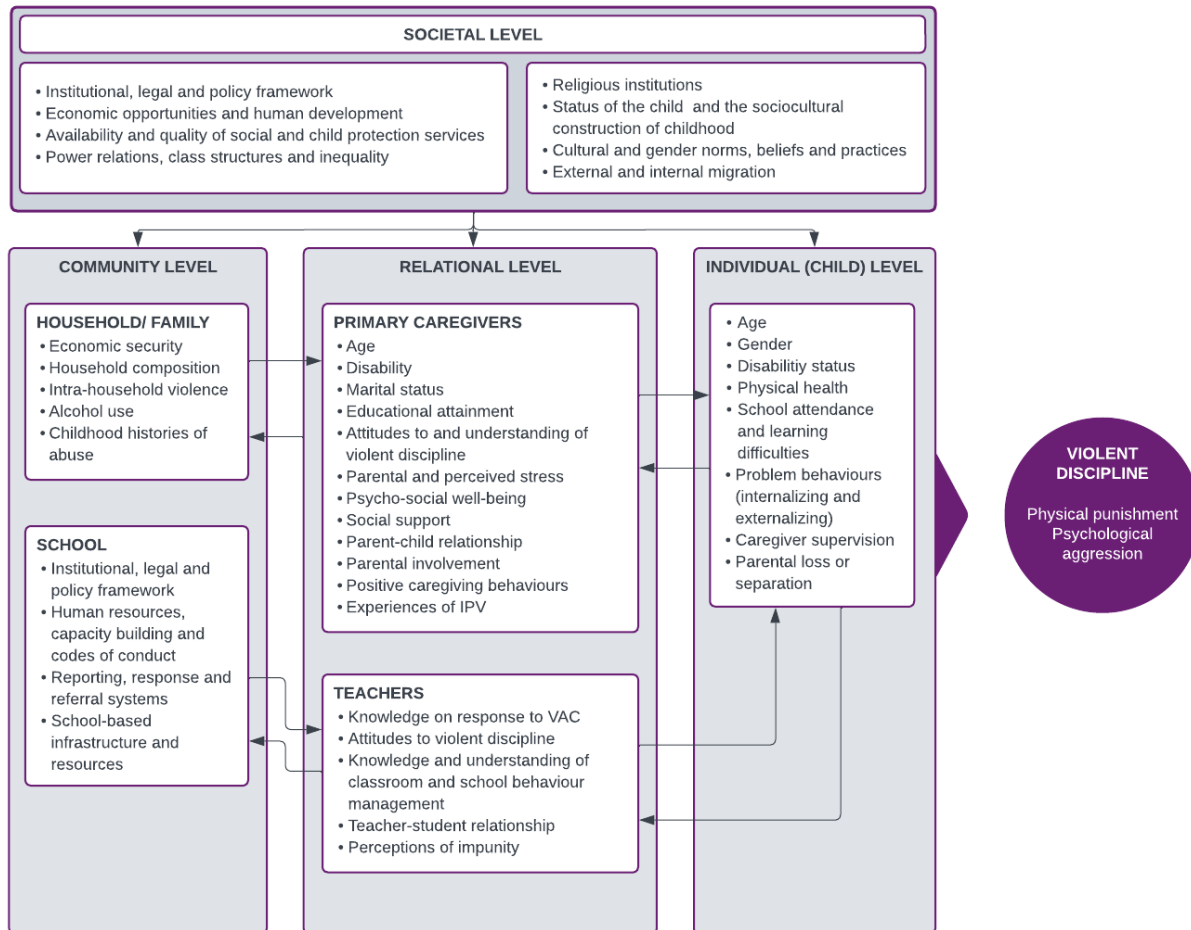


Figura 7. Quadro conceptual, risco de disciplina violenta nas crianças

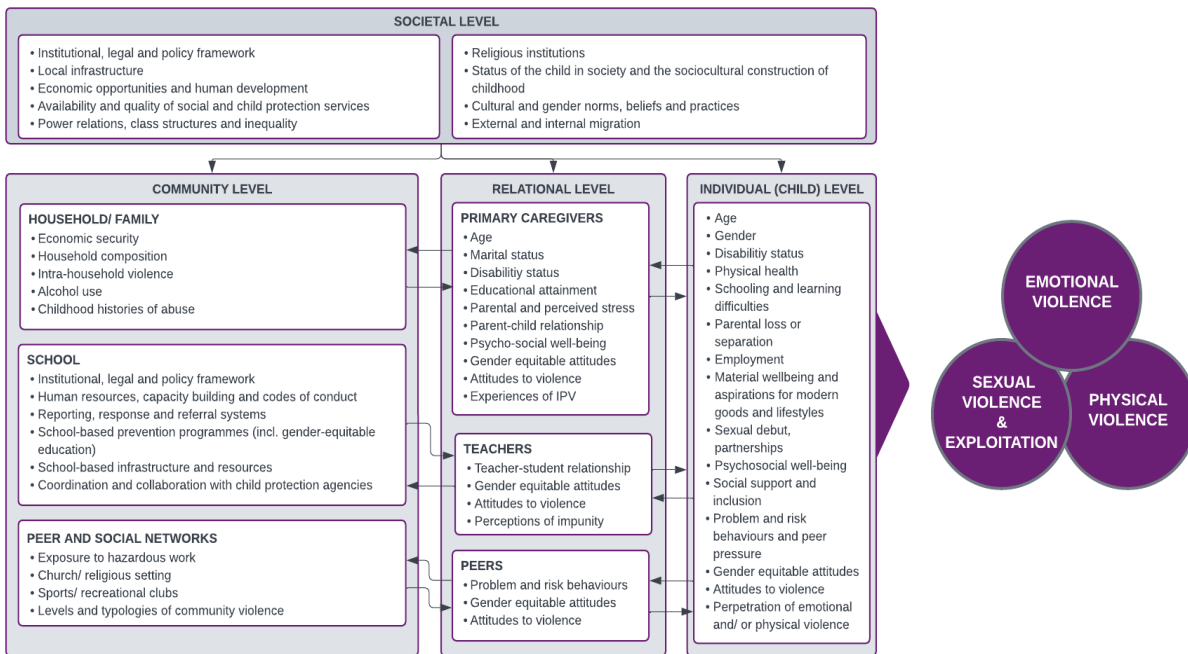


Figura 8. Quadro conceptual, risco de violência por parte dos adolescentes, incluindo violência sexual.

